



JORNAL OFICIAL

III SÉRIE - NÚMERO 2

TERÇA-FEIRA, 31 DE JANEIRO DE 2006

SUMÁRIO

A PASTAGEM – SOCIEDADE AGROPECUÁRIA, LDA.

Prestação de contas 89

AÇORCABOS – TELECOMUNICAÇÕES E ELECTRICIDADE, LDA.

Alteração do contrato de sociedade 89

AÇORESFIT – ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, LDA.

Contrato de sociedade 89

AÇORLUX – COMÉRCIO DE BENS E EQUIPAMENTOS URBANOS, LDA.

Contrato de sociedade 90

AGÊNCIA FUNERÁRIA ILHA AZUL, LDA.

Contrato de sociedade 91

AGROGANÇA – COMÉRCIO AGRÍCOLA DA GANÇA, LDA.

Prestação de contas 92

AGRO-MECÂNICA – JORGE VIEIRA MENESES & FILHOS, LDA.

Alteração do contrato de sociedade – Alteração de capital social 92

Prestação de contas 92

AGUIAR & AGUIAR, LDA.

Prestação de contas 93

ALUMÍNIOS BISCOITENSE, LDA.		CLÍNICA MÉDICO-CIRURGICA DR. FRANCISCO DINIZ, LDA.	
Prestação de contas	93	Prestação de contas	106
AMARCORD – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.		DIOGENES DA SILVA LIMA & FILHOS, LDA.	
Contrato de sociedade	93	Prestação de contas	106
AQUAFLUXO – ENGENHARIA HIDRÁULICA E AUTOMAÇÃO, LDA.		DISROSA – EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA.	
Alteração do contrato de sociedade – Alteração de sede	94	Prestação de contas	106
ARTUR NASCIMENTO ARMELIM & COMPANHIA, LDA.		DSRP, LDA.	
Prestação de contas	94	Contrato de sociedade	106
ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL		ECOBARROSA – TURISMO ECOLÓGICO E LAZER, SA	
Nomeação	95	Alteração do contrato de sociedade – Alteração de capital social	108
ASSOCIAÇÃO DE BADMINTON DE SÃO MIGUEL		EMPRESA DO CORREIO DA HORTA, UNIPessoal, LDA.	
Estatutos – Alteração	95	Nomeação	108
ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DE TIRO COM ARCO		ESPAÇOS PRANCHINHA – ARRENDAMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.	
Constituição de associação	97	Contrato de sociedade	108
AVELINA & TERESA – CABELEIREIROS, LDA.		ESTÚDIO 2 – PRODUÇÃO DE FILMES E VÍDEOS, LDA.	
Prestação de contas	103	Contrato de sociedade	110
AZORGALI – COMÉRCIO DE PEIXE E MARISCO, LDA.		FEDERAÇÃO DAS PESCAS DOS AÇORES	
Contrato de sociedade	103	Constituição de associação	110
BALÇAÇARIA – ACTIVIDADE HOTELEIRAS E SIMILARES, LDA.		FERREIRA & SOARES, LDA.	
Prestação de contas	104	Prestações de contas	115
BAR MANDILA – UNIPessoal, LDA.		Alteração do contrato de sociedade – Alteração de objecto	116
Contrato de sociedade	104	FREITAS & MACEDO – ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA.	
CANALIZAÇÕES MENDONÇA, UNIPessoal, LDA.		Alteração do contrato de sociedade	116
Contrato de sociedade	105	FUNCHADELGADA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA	
Prestação de contas	106	Alteração do contrato de sociedade	117
CHAVES & GASPAR, LDA.			
Nomeação	106		

**GEOTERCEIRA – SOCIEDADE GEOELÉCTRICA
DA TERCEIRA, SA**

Prestação de contas 117

**GERARDO MARTINS DE MENESES –
– COMÉRCIO DE MATERIAIS
DE CONSTRUÇÃO, LDA.**

Prestação de contas 117

GONÇALVES & AGUIAR, LDA.Alteração do contrato de sociedade – Alteração de
capital social 117**GRUPO DESPORTIVO CASA POVO RIBEIRA
GRANDE**

Constituição de associação 118

**HENRIQUE MONIZ – DISTRIBUIÇÃO
ALIMENTAR, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.**Alteração do contrato de sociedade – Alteração de
capital social 121**I.E.C.C. – INSTALAÇÕES ESPECIAIS
PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.**Alteração do contrato de sociedade – Alteração de
capital social 122**INFLUIR, LDA.**

Contrato de sociedade 122

**INFORHORTA, COMÉRCIO DE INFORMÁTICA,
LDA.**

Prestações de contas 124

JACINTO FERREIRA CORREIA & FILHOS, LDA.Alteração do contrato de sociedade – Alteração de
capital social 124**JOAQUIM ANTÓNIO QUARESMA NUNES,
UNIPESSOAL, LDA.**

Contrato de sociedade 125

JOSÉ GONÇALVES TAVARES E FILHOS, LDA.

Prestação de contas 125

LASER 2001 – CENTRO DE CÓPIAS, LDA.

Prestação de contas 125

**LEONARDOS – DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR,
LDA.**

Prestação de contas 125

Alteração do contrato de sociedade – Alteração de
objecto 126**LUÍS & GARY, LDA.**

Prestação de contas 126

LUÍS RIBEIRO, LDA.

Prestação de contas 126

**MALMERENDO – COMÉRCIO DE PRODUTOS
ALIMENTARES, LDA.**

Renúncia 126

Nomeação 126

**MARINA DA VILA – INDÚSTRIA DE MARINAS
E RECREIO, EM**

Prestação de contas 127

**MOBICÓPIA, COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO
DE ESCRITÓRIO, LDA.**

Prestação de contas 127

MOSAICOL – IMOBILIÁRIA, SA

Prestação de contas 127

**PAULO REGO – INVESTIMENTOS
IMOBILIÁRIOS, LDA.**Alteração do contrato de sociedade – Alteração de
sede 127**PEDRO, DUQUE & FILHA, LDA.**

Dissolução 127

PEIXARIA FILIPE & GORETE, LDA.

Contrato de sociedade 128

**PJA – Pousadas de Juventude
dos Açores, SA**

Nomeação 129

**PRAIA DE LOBOS – EMPREENDIMENTOS
TURÍSTICOS, SA**

Alteração do contrato de sociedade 129

Nomeação 129

PRAIAGÁS – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, LDA.		SODORA – SOCIEDADE DE DESPACHANTES OFICIAIS DA REGIÃO AÇORES, LDA.	
Prestação de contas	130	Alteração do contrato de sociedade	134
PRONICOL – PRODUTOS LÁCTEOS, SA		SOLAR DOS REIS VELHOS – COMÉRCIO ALIMENTAR E HOTELARIA, LDA.	
Prestação de contas	130	Contrato de sociedade	134
QUINTA DOS AÇORES – COMÉRCIO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS, LDA.		SOUSA & GARCÊS, LDA.	
Contrato de sociedade	130	Alteração do contrato de sociedade – Alteração de capital social	135
Prestações de contas	131		
R. CRISÓSTOMO – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.		SPORTFISH – ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA.	
Contrato de sociedade	131	Contrato de sociedade	135
Alteração do contrato de sociedade – Alteração de capital social	132		
R400 – ELECTRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, LDA.		SUSANA MARIA BRUM FEITOR – COMÉRCIO E PASTELARIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.	
Alteração do contrato de sociedade	132	Contrato de sociedade	136
RAIMUNDO PEREIRA – COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTO, UNIPESSOAL, LDA.		URBE OCEANUS – ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS AÇOREANAS, LDA.	
Prestação de contas	133	Nomeação	137
REPDISTRI – REPRESENTAÇÕES, LDA.		URIALDO BETTENCOURT, LDA.	
Nomeação	133	Prestação de contas	137
Renúncia	133		
RODRIGO – CONTABILIDADE, LDA.		VERDEGOLF – CAMPOS DE GOLF DOS AÇORES, SA	
Prestação de contas	133	Convocatória	137
ROSMANINHO COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO, UNIPESSOAL, LDA.		VILAZORES – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, SA	
Prestação de contas	133	Alteração do contrato de sociedade	138
SERVIÇALUGUER, SERVIÇO DE ALUGUER COM CONDUTOR, LDA.		VIVA, PRODUTOS E SERVIÇOS DO AMBIENTE, LDA.	
Prestação de contas	134	Prestação de contas	138

A PASTAGEM – SOCIEDADE AGROPECUÁRIA, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1073; data da apresentação, 30 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 9 de Setembro de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

AÇORCABOS – TELECOMUNICAÇÕES E ELECTRICIDADE, LDA.

Alteração do contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00186; identificação de pessoa colectiva n.º 512032459; número e data da apresentação, 3/ 25 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que a sociedade em epígrafe alterou os artigos 1.º e 2.º do contrato social, com a seguinte redacção:

Artigo 1.º

Sede: Canada da Meca, s/n, Rabo de Peixe, Ribeira Grande.

Artigo 2.º

Objecto: Distribuição e montagem de redes telefónicas e eléctricas, construção de condutas e câmaras subterâneas para passagem de cabos telefónicos, eléctricos e outros. Reparação e manutenção de veículos automóveis.

Está conforme o original.

O texto completo e actualizado encontra-se depositado em pasta própria.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

AÇORESFIT — ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00495; identificação de pessoa colectiva n.º 512092559; número e data da apresentação, 2/25 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que entre Paulo Fernando Moniz Bernardo, casado, residente na Rua de Bom Jesus, 27, Fenais da Luz, Ponta Delgada; Carla Susana Gonçalves Soares Martins, solteira, maior, residente na Estrada Regional da Atalhada, 83, Lagoa (Açores) e Nuno Pereira Amaral, solteiro, maior, residente na Travessa das Rosas, 18, Conceição, Ribeira Grande, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma AÇORESFIT — ACTIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, LDA., tem sede na Rua do Botelho, 4-B, freguesia da Matriz, concelho da Ribeira Grande e durará por tempo indeterminado.

2.º

O seu objecto consiste em todo o tipo de actividades desportivas realizadas em ginásio e em ambiente exterior a ginásios.

Actividades recreativas.

3.º

1 - O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de três quotas assim distribuídas:

- Duas do valor nominal de dois mil trezentos e doze euros e cinquenta cêntimos, pertencendo uma a cada um dos sócios Paulo Fernando Moniz Bernardo e Carla Susana Gonçalves Soares Martins.
- E outra do valor nominal de trezentos e setenta e cinco euros, pertencente ao sócio Nuno Pereira Amaral.

2 - Poderão ser feitas prestações suplementares de capital até ao triplo do valor do capital social, em cada momento vigente.

4.º

1 - A administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, remunerada ou não, conforme deliberado em assembleia geral, incumbe aos gerentes que sejam eleitos por deliberação dos sócios, tomada por qualquer das formas legalmente previstas no código das sociedades comerciais.

2 - Fica, desde já, nomeado gerente o sócio Paulo Fernando Moniz Bernardo.

3 - A sociedade vincula-se em todos os actos e contratos pela simples assinatura do gerente.

4 - A gerência para além dos poderes correntes, poderá, dispensando a intervenção de outro órgão, deslocar ou transferir a sede para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofes, bem como criar agências sucursais ou outras quaisquer formas de representação local.

5.º

1 - É livre a divisão e cessão de quotas entre sócios.

2 - A cessão a título oneroso a favor de quaisquer outras pessoas, fica dependente do consentimento da sociedade, gozando os sócios em 1.º lugar e a sociedade em 2.º, do direito de preferência.

6.º

Mediante deliberação dos sócios poderá a sociedade:

- a) Derrogar os preceitos dispositivos do código das sociedades comerciais supletivamente aplicáveis;
- b) Adquirir participações em quaisquer outras sociedades de tipo natureza e objecto diversos do seu, bem como entrar em agrupamentos complementares de empresas ou sociedades reguladas por leis especiais.

Que nestes termos dão por fixado o pacto social.
Porém mais acordam o seguinte:

A gerência fica, desde já, autorizada a proceder ao levantamento de fundos depositados por conta do capital para satisfazer às despesas da constituição da sociedade, escritura, registos e publicações, por ela assumidas e ainda as decorrentes com a sua instalação, em montante que se prevê igual ou superior ao capital depositado.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande,
25 de Novembro de 2005. – A Escriutária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

AÇORLUX — COMÉRCIO DE BENS E EQUIPAMENTOS URBANOS, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande.
Matrícula n.º 00494; identificação de pessoa colectiva
n.º 512091323; número e data da apresentação, 5/ 22 de
Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que entre Júlio Martins Batista, e esposa Maria da Luz Freire Machado, casados na c. de adquiridos, residentes na Rua Dr. Aníbal Furtado Lima, 9, São José, Ponta Delgada, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

1 - A sociedade adopta a firma: AÇORLUX – COMÉRCIO DE BENS E EQUIPAMENTOS URBANOS, LDA.

2 - A sociedade tem a sua sede na Rua Oliveira San-Bento, lote B, rés-do-chão, freguesia da Conceição, concelho da Ribeira Grande.

3 - Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, bem como criar, transferir ou extinguir quaisquer agências, sucursais, delegações ou outras formas de representação social, em qualquer outro local.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto:

- a) Agente do comércio a grosso ou a retalho de mobiliário urbano, de sinalização e de segurança e de outros não especificados;
- b) Representações.

Artigo 3.º

O capital social, inteiramente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e encontra-se dividido em duas quotas iguais, ambas no valor nominal de dois mil e quinhentos euros cada, pertencentes uma ao sócio Júlio Martins Batista e a outra à sócia Maria da Luz Freire Machado.

Artigo 4.º

1 - A administração e representação da sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo dos gerentes, sócios ou não sócios, nomeados em assembleia geral, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for também deliberado em assembleia geral, ficando desde já designados gerentes os sócios Júlio Martins Batista e Maria da Luz Freire Machado.

2 - A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente.

3 - Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência fica ainda com poderes para:

- a) Comprar, trocar ou vender ou de qualquer outra forma alienar veículos ligeiros e ou pesados para a sociedade;
- b) Adquirir ou tomar por trespasse quaisquer locais para a sociedade ou efectuar arrendamentos de e para a sociedade; e
- c) Celebrar contratos de locação.

Artigo 5.º

A divisão e a cessão de quotas só é livre entre os sócios, nos demais casos incluindo a transmissão a herdeiros ou familiares, fica dependente do consentimento da sociedade, à qual fica reservado o direito de preferência.

Artigo 6.º

1 - A sociedade poderá amortizar pelo valor do último balanço aprovado, qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo do seu titular;
- b) Penhora, arresto ou qualquer outra forma de apreensão judicial da quota;
- c) Falência ou insolvência do seu titular;
- d) Quando o respectivo titular deixar de comparecer ou de se fazer representar nas assembleias gerais por mais de dois anos consecutivos.

2 - A quota amortizada poderá figurar no balanço como tal, bem como poderão posteriormente, por deliberação dos sócios, em vez de quota amortizada, serem criadas uma ou mais quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a algum dos sócios ou a terceiros.

Artigo 7.º

A sociedade poderá adquirir participações como sócia de responsabilidade limitada noutras sociedades, mesmo que com objecto diverso do por si prosseguido, bem como entrar em agrupamentos complementares de empresas ou em sociedades reguladas por leis especiais.

Artigo 8.º

1 - A sociedade poderá exigir prestações suplementares aos sócios até três vezes o valor do capital social, na proporção das suas quotas.

2 - Contratar com os sócios a prestação de suprimentos, nos termos que forem acordados em assembleia geral.

Artigo 9.º

A assembleia geral deliberará o destino a dar aos lucros da sociedade depois de retiradas as importâncias necessárias para o fundo de reserva legal, acrescido de mais 5%, após o encerramento das contas anuais.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

AGÊNCIA FUNERÁRIA ILHA AZUL, LDA.**Contrato de sociedade**

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00532/ 14 de Novembro de 2005; inscrição n.º 1, número e data da apresentação, 1/ 14 de Novembro de 2005.
Pedro Miguel Neto Patrício, conservador na Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que entre Maria de Fátima Garcia Serpa de Oliveira c.c. Fernando Leal Oliveira no regime de comunhão geral, residente em Estrada Príncipe Alberto de Mónaco, 14, Horta e Vítor Fernando Garcia de Oliveira c.c. Laura Margarida Borba Barbosa Oliveira no regime de separação, residente em Estrada Regional, 8, Feteira, Horta, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a denominação AGÊNCIA FUNERÁRIA ILHA AZUL, LDA., e tem a sua sede na Estrada Príncipe Alberto de Mónaco, 14, freguesia das Angústias, concelho da Horta.

Artigo 2.º

O seu objecto consiste na prestação de serviços relativos à organização e realização de funerais, transporte de cadáveres para exéquias fúnebres, inumação, cremação ou expatriamento e transladação de restos mortais já inumados; obtenção da documentação necessária à prestação dos serviços referidos; venda ao público de artigos funerários e religiosos, aluguer ou cedência a outras agências funerárias de veículos destinados à realização de funerais; ornamentação, armação e decoração de actos festivos e religiosos.

Artigo 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, dividido em duas quotas: uma do valor nominal de três mil setecentos e cinquenta euros da sócia Maria de Fátima Garcia Serpa de Oliveira e outra de mil duzentos e cinquenta euros do sócio Vítor Fernando Garcia de Oliveira.

Artigo 4.º

Aos sócios não são exigidas prestações suplementares de capital podendo, no entanto, qualquer dos sócios fazer suprimentos à sociedade nos termos que forem definidos em assembleia geral.

Artigo 5.º

1 - A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a ambos os sócios, que desde já ficam nomeados gerentes.

2 - Para obrigar validamente a sociedade em todos os seus actos e contratos basta a assinatura de qualquer um dos gerentes.

Artigo 6.º

1 - A cessão de quotas é livre entre os sócios sendo, neste caso, o preço da aquisição o respectivo valor nominal.

2 - A cessão de quotas a estranhos depende sempre do consentimento, gozando do direito de preferência em 1.º a sociedade e em 2.º os sócios não cedentes, na proporção das quotas de que ao tempo sejam titulares.

Artigo 7.º

A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular.
- Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência, insolvência ou cessão gratuita.
- Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais.
- No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legitimários.
- Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio.
- Por exoneração ou exclusão de um sócio.

Artigo 8.º

As assembleias gerais serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 17 de Novembro de 2005. - O Conservador, *Pedro Miguel Neto Patrício*.

AGROGANÇA – COMÉRCIO AGRÍCOLA DA GANÇA, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Calheta, São Jorge. Matrícula n.º 44; identificação de pessoa colectiva n.º 512067392; data do depósito, 29 de Junho de 2005. Lúcia Maria Fontes da Silveira Enes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Calheta, São Jorge:

Certifico que foram depositados na respectiva pasta, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Calheta, São Jorge, 9 de Agosto de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Lúcia Maria Fontes da Silveira Enes*.

AGRO-MECÂNICA – JORGE VIEIRA MENESES & FILHOS, LDA.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória. Matrícula n.º 152; identificação de pessoa colectiva n.º 512042918; inscrição n.º 3; número e data da apresentação, 5/ 2 de Janeiro de 2004.

Ana Maria Oliveira Simões Borges, 1.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória:

Certifica que a sociedade em epígrafe, aumentou o seu capital social de 49.879,79 € para 150.000,00 €, tendo sido alterado o artigo 4.º do contrato social, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

Artigo 4.º

O capital social integralmente realizado em dinheiro é de cento e cinquenta mil euros, representado pela soma das seguintes quotas:

- Uma no valor nominal de oitenta e dois mil e quinhentos euros, pertencente ao sócio Jorge Vieira de Meneses.
- Uma no valor nominal de vinte e dois mil e quinhentos euros pertencente à sócia Maria Irene Nunes das Neves Meneses.
- Uma no valor nominal de quinze mil euros pertencente ao sócio Paulo Jorge Nunes de Meneses.
- Uma no valor nominal de quatro mil novecentos e oitenta e sete euros e noventa e oito cêntimos pertencente ao sócio Fernando Rui Nunes Meneses, com a natureza de seu bem próprio e outra no valor nominal de dez mil e doze euros e dois cêntimos com a natureza de bem comum do casal.
- Uma no valor nominal de quinze mil euros pertencente à sócia Lúcia Marisa Nunes de Meneses.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória, 16 de Fevereiro de 2004. - A 1.ª Ajudante, *Ana Maria Oliveira Simões Borges*.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória. Matrícula n.º 152; identificação de pessoa colectiva n.º 512042918; data do depósito, 8 de Junho de 2004.

Ana Maria Oliveira Simões Borges, 1.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória:

Certifica que foram depositados, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano 2003.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória, 29 de Junho de 2004. - A 1.ª Ajudante, *Ana Maria Oliveira Simões Borges*.

AGUIAR & AGUIAR, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória.
Matrícula n.º 161; identificação de pessoa colectiva n.º 512045992; data do depósito, 30 de Junho de 2005.
Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória:

Certifica que foram depositadas, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória, 29 de Agosto de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares*.

ALUMÍNIOS BISCOITENSE, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória.
Matrícula n.º 136; identificação de pessoa colectiva n.º 512040060; data do depósito, 28 de Junho de 2005.
Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória:

Certifica que foram depositadas, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória, 7 de Setembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares*.

AMARCORD – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo.
Matrícula n.º 1133; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 1/ 1 de Agosto de 2005.

Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifico, que entre Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia e Cecília Rego Pinheiro, foi constituída a sociedade referida em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

Firma

A sociedade adopta a firma AMARCORD – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

Artigo 2.º

Sede

1 - A sociedade tem a sua sede social na Quinta do Pombal, 9, freguesia de São Mateus da Calheta, concelho de Angra do Heroísmo.

2 - Por decisão da gerência, a sede pode ser transferida para outro local dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 - A criação e encerramento de sucursais, agências ou delegações ou outras formas locais de representação, em território nacional ou estrangeiro, pode ser decidida pela gerência.

Artigo 3.º

Objecto social

O objecto da sociedade é a compra e venda de bens imobiliários, investimentos imobiliários, promoção imobiliária, gestão e fiscalização de obras de construção civil, execução de projectos de arquitectura e de engenharia, administração e gestão de património imobiliário, construção civil, comercialização de materiais para construção civil e acabamentos de edifícios.

Artigo 4.º

Capital social

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de cinco mil euros, e encontra-se dividido em duas quotas:

- Uma quota no valor nominal de quatro mil e quinhentos euros pertencente ao sócio Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia.
- Uma quota no valor nominal de quinhentos euros pertencente à sócia Cecília Rego Pinheiro.

Artigo 5.º

Gerência

1 - A gerência da sociedade cabe a um gerente, ficando desde já o sócio Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia designado como tal.

2 - O gerente é remunerado nos termos fixados por deliberação da assembleia geral, podendo sê-lo em quantia fixa, percentagem nos lucros não excedentes a 5%, ou outros benefícios, quer isoladamente, quer em conjunto ou parcialmente.

3 - A sociedade obriga-se pela assinatura de um gerente, sem prejuízo dos mandatos especificamente conferidos a terceiros.

4 - Compete à gerência representar a sociedade em juízo ou fora dele, confessando, desistindo ou transigindo em processo e comprometendo-se em árbitros; celebrar contratos, incluindo os de financiamento, mesmo com fiscalização das entidades financiadoras; adquirir, alienar, dar ou tomar em locação e onerar imóveis, estabelecimentos comerciais, participações sociais e veículos, sem dependência de deliberação dos sócios.

Artigo 6.º

Amortização de quotas

1 - É admitida a amortização de quotas pela sociedade nos casos de falência ou de insolvência do respectivo titular, bem como nos casos de a quota ser alvo de, penhora, arresto ou de qualquer forma sujeita a procedimento judicial.

2 - O valor da amortização é o apurado nos termos do n.º 2 do artigo 105.º do código das sociedades comerciais.

3 - A amortização é feita por deliberação da assembleia geral no prazo máximo de um ano, a contar do facto que lhe deu causa.

Artigo 7.º

Concorrência

É permitido a qualquer sócio ou gerente o exercício de actividade concorrente com o objecto da sociedade.

Artigo 8.º

Cessão de quotas

1 - A cessão de quotas dependerá sempre do consentimento da sociedade.

2 - Na cessão onerosa de quotas a estranhos, os sócios terão direito de preferência, considerando-se a notificação para preferência efectuada em assembleia geral para o efeito obrigatoriamente convocada a pedido do cedente, nos primeiros sete dias após a formulação desse pedido, devendo os preferentes comunicarem, no prazo de oito dias, a contar dessa assembleia, se pretendem exercer o seu direito, sem o que se entenderá, que renunciam ao mesmo.

3 - Havendo mais do que um preferente interessado, proceder-se-á à divisão da quota em partes iguais entre os preferentes.

Artigo 9.º

Prestações suplementares

A sociedade poderá exigir aos sócios prestações suplementares até cem vezes o capital social, desde que aprovado por unanimidade do capital social, em assembleia geral.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 23 de Agosto de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes*.

AQUAFLUXO – EMGENHARIA HIDRÁULICA E AUTOMAÇÃO, LDA.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de sede

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 1942; identificação de pessoa colectiva n.º 512033358; inscrição 11-av.1; número e data da apresentação, 12/ 23 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe deslocou a sede para a Rua Padre José Joaquim Rebelo, 4, São Pedro, Ponta Delgada.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

ARTUR NASCIMENTO ARMELIM & COMPANHIA, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Calheta, São Jorge. Matrícula n.º 6; identificação de pessoa colectiva n.º 512001731; data do depósito, 30 de Junho de 2005.

Lúcia Maria Fontes da Silveira Enes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Calheta, São Jorge:

Certifico que foram depositados na respectiva pasta, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Calheta, São Jorge, 9 de Agosto de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Lúcia Maria Fontes da Silveira Enes*.

ASSOCIAÇÃO AGRÍCOLA DE SÃO MIGUEL

Nomeação

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00010; identificação de pessoa colectiva n.º 512018634; número e data da apresentação, 4/ 25 de Outubro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que por deliberação de 12 de Agosto de 2005, foram nomeados os órgãos sociais da sociedade em epígrafe para o triénio 2005/2008, a seguir indicados.

Direcção: Presidente, Jorge Alberto Serpa da Costa Rita.

1.º Vogal, Valter Manuel Fonseca Melo.

2.º Vogal, Eduardo Jorge Jordão Sousa.

1.º Suplente, José Carlos Borges Tavares.

2.º Suplente, Paul Gilbert Torres.

3.º Suplente, Paulo José Machado Cruz.

Conselho fiscal: Presidente, Luís Alberto Oliveira Silva.

1.º Secretário, António José Braga Sousa.

2.º Secretário, Roberto Manuel Cordeiro Ponte.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

ASSOCIAÇÃO DE BADMINTON DE SÃO MIGUEL

Estatutos-alteração

Certifico que a presente cópia composta por dez folhas, foi extraída da escritura lavrada de fls. 10 a fls. 11 e documento complementar do livro de notas para escrituras diversas n.º 25-A.

No dia 20 de Dezembro de 2005, no Cartório Notarial de Ponta Delgada a cargo do Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho, perante o respectivo Notário, compareceram como outorgantes:

- a) Rui Manuel Dias Costa, solteiro, maior, natural da freguesia de São Sebastião, deste concelho de Ponta Delgada, residente na Rua do Monte, 22,

freguesia da Fajã de Baixo, deste concelho de Ponta Delgada, titular do bilhete de identidade n.º 9508187 emitido em 18 de Fevereiro de 2005, pelos S.I.C. de Ponta Delgada; e

- b) Rui Vasco Alves do Vale Abreu, casado, natural da freguesia da Sé Nova do concelho de Coimbra, residente na Estrada Municipal 516, 57, freguesia do Cabouco, do concelho de Lagoa (Açores), titular do bilhete de identidade n.º 03438389 emitido em 19 de Junho de 2001, pelo exército Português, os quais outorgam na qualidade de membros da direcção da associação:

ASSOCIAÇÃO DE BADMINTON DE SÃO MIGUEL, identificação de pessoa colectiva n.º 512092346, com sede na Escola Secundária Antero de Quental, no Largo Mártires da Pátria, freguesia de São Sebastião do concelho de Ponta Delgada, publicada a sua constituição na III Série do *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores no dia 15 de Novembro de 2005, por onde verifiquei os estatutos da mesma e pela pública-forma das actas n.º 1, 2, 3 e 4, das assembleias gerais da associação realizadas nos dias 29 de Setembro de 2005, 29 de Setembro de 2005, 5 de Dezembro de 2005 e 16 de Dezembro de 2005, documentos que arquivo.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade.

Os outorgantes declararam:

Que, na sua referida qualidade de membros da direcção da associação supra referida, com poderes para o acto, por esta escritura, dando cumprimento ao aprovado nas ditas assembleias gerais, realizadas em 5 de Dezembro de 2005 e em 16 de Dezembro de 2005, alteram os estatutos da associação, dando nova redacção a alguns dos artigos, suprimindo alguns pontos e aditando outros.

Que, com vista a uma maior clareza, reproduzem integralmente os referidos estatutos, com as alterações ora efectuadas já aprovadas na dita assembleia geral em documento complementar anexo que faz parte integrante da presente escritura elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do código do Notariado, dispensando a sua leitura.

Que assim dão por concluída a presente escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Arquiva-se ainda: O dito documento complementar.

Foi feita aos outorgantes a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo.

Rui Manuel Dias Costa – Rui Vasco Alves do Vale Abreu. -
- O Notário, *Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho*.

CAPÍTULO I

Denominação, sede e objectivos

Artigo 1.º

Constituição

Com a denominação de ASSOCIAÇÃO DE BADMINTON DE SÃO MIGUEL é constituída uma Associação sem fins

lucrativos que se regerá pelos presentes estatutos e pelas disposições legais aplicáveis, bem como pelos regulamentos internos a serem aprovados pela assembleia geral.

Artigo 2.º

Sede

A associação terá a sua sede na Escola Secundária Antero de Quental, sita no Largo Mártires da Pátria, freguesia de São Sebastião, concelho de Ponta Delgada.

Artigo 3.º

Fins

1 - A associação tem por objecto promover e incentivar a modalidade de Badminton nas suas dimensões técnica e organizativa.

2 - Para a execução e realização dos seus fins a associação poderá adquirir, alugar ou arrendar todos os bens, equipamentos ou material necessário, estabelecendo se necessário quaisquer contratos ou protocolos.

3 - A associação tem também as seguintes finalidades:

- a) Estabelecer e desenvolver relações com a Federação Portuguesa de Badminton e com as associações nacionais congéneres;
- b) Organizar anualmente provas de ilha e todas as outras consideradas importantes para o desenvolvimento da modalidade na ilha de São Miguel;
- c) Proteger os legítimos interesses dos seus sócios, compatíveis com os restantes fins da associação.

CAPÍTULO II

Sócios e órgãos sociais

Artigo 4.º

Sócios

1 - Podem ser sócios da Associação de Badminton de São Miguel todos os clubes de carácter recreativo, desportivo ou cultural, com sede na ilha de São Miguel, que:

- a) Aceitem por escrito o disposto nos estatutos e internos;
- b) Cumpram com as suas obrigações para com a associação.

2 - A proposta de admissão de associados, deverá ser apresentada por escrito à direcção, sendo subscrita pelo interessado.

3 - Os associados concorrerão para o património social com o pagamento de uma jóia inicial e de uma quota anual, cujos montantes, forma e prazo de pagamento, serão fixados por regulamento aprovado pela assembleia geral.

4 - Constarão de regulamento interno os direitos e obrigações dos sócios, bem como as condições para a sua admissão, saída e exclusão.

CAPÍTULO III

Estrutura organizativa

Artigo 5.º

Estrutura organizativa

1 - São corpos sociais da associação:

- a) Assembleia geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho fiscal.

2 - Nos termos legais e regulamentares, a assembleia geral e a direcção poderão deliberar a constituição de departamentos internos, definindo a sua composição, objectivos e prazos de funcionamento.

3 - A duração dos mandatos dos corpos sociais eleitos pela assembleia geral é de quatro anos e as suas funções e competências serão definidas regulamentarmente sem prejuízo das disposições legais aplicáveis.

Artigo 6.º

Assembleia geral

1 - A assembleia geral é o órgão máximo da associação e é composto por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e regulamentarmente definidos.

2 - A assembleia geral reúne obrigatoriamente uma vez por ano e o seu funcionamento constará de regulamento próprio, observando-se as determinações legais.

3 - A assembleia geral é presidida por uma mesa, composta por um presidente, um vice-presidente e um secretário.

4 - A convocatória para as reuniões da assembleia geral será feita pelo presidente, com a antecedência de cinco dias úteis e através de aviso postal, dirigido a cada associado, com a indicação do dia, hora e local da reunião e da respectiva ordem de trabalhos.

5 - Compete à assembleia geral:

- a) Eleger a mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal e destituir os seus membros antes de findos os respectivos mandatos, caso entenda haver motivos para o efeito;
- b) Apreciar, discutir, votar e aprovar as reformas estatutárias e regulamentares que lhe sejam propostas;
- c) Apreciar e aprovar os relatórios, balanços e contas de cada gerência;
- d) Autorizar a aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis;
- e) Instituir taxas de filiação;
- f) Deliberar sobre outros assuntos que a lei, os presentes estatutos, o regulamento interno e as demais normas submetam à sua competência.

Artigo 7.º

Direcção

1 - A direcção, que terá reuniões no mínimo trimestrais, compõe-se de um presidente, um tesoureiro e um secretário, competindo-lhe a gerência social, administrativa e financeira da associação.

2 - A Associação de Badminton de São Miguel fica obrigada por duas assinaturas dos membros da direcção.

3 - Às reuniões da direcção poderão assistir os departamentos internos por ela constituídos, os quais terão voto consultivo.

4 - As reuniões da direcção serão convocadas pelo presidente, por sua iniciativa ou pela da maioria dos seus membros.

5 - A convocação, o modo de funcionamento e a forma de deliberação da direcção serão reguladas por regulamento interno.

Artigo 8.º

Conselho fiscal

1 - O conselho fiscal terá reuniões ordinárias anuais e compõe-se de um presidente e dois vogais, competindo-lhe fiscalizar os actos da direcção, em particular as contas e relatórios, zelando pelo cumprimento dos estatutos e demais regulamentos internos.

2 - As reuniões do conselho fiscal serão convocadas pelo presidente, por sua iniciativa ou da direcção.

3 - A convocatória, o modo de funcionamento e a forma de deliberação do conselho fiscal serão reguladas por regulamento interno.

4 - Compete ao conselho fiscal, designadamente:

- a) Examinar as contas da associação de Badminton de São Miguel e zelar pelo cumprimento do orçamento;
- b) Elaborar um parecer sobre o balanço e contas apresentadas pela direcção relativamente a cada exercício;
- c) Emitir um parecer sobre projectos de novos regulamentos ou propostas de alteração dos regulamentos e estatutos em vigor, na parte respeitante às finanças da Associação de Badminton de São Miguel, bem como sobre todos os assuntos que lhe sejam submetidos pela direcção;
- d) Participar nas reuniões da direcção em que sejam versadas matérias da sua competência;
- e) Exercer os demais poderes que lhe sejam conferidos pelos estatutos, regulamento interno e demais regulamentos.

CAPÍTULO IV

Disposições gerais

Artigo 9.º

Regulamentos internos

Compete à assembleia geral a aprovação dos regulamentos internos contendo as especificações necessárias à regulamentação e integração das lacunas dos presentes estatutos.

Artigo 10.º

Alterações estatutárias

A alteração dos estatutos carece de aprovação por maioria de três quartos dos votos dos presentes, em reunião da assembleia geral expressamente convocada para esse fim.

Artigo 11.º

No que estes estatutos sejam omissos serão aplicáveis as disposições legais e ainda os regulamentos internos que a assembleia geral aprovar e que só ela poderá alterar.

Rui Manuel Dias Costa – Rui Vasco Alves do Vale Abreu.
Cartório Notarial de Ponta Delgada, 20 de Dezembro de 2005. – O Notário, *Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho.*

ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DE TIRO COM ARCO

Constituição de associação

Certifico que a presente cópia composta por vinte e seis folhas, foi extraída da escritura lavrada de fls. 60 a fls. 61 e documento complementar do livro de notas para escrituras diversas n.º 24-A.

No dia 16 de Dezembro de 2005, no Cartório Notarial de Ponta Delgada, a cargo do Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho, perante o respectivo Notário, compareceram como outorgantes:

1.º

Carlos Manuel Pacheco de Melo, casado, natural de freguesia de São Pedro desta cidade e concelho de Ponta Delgada, residente na Alameda de Belém, 10 – 1.º, freguesia da Fajã de Baixo deste concelho de Ponta Delgada, titular do bilhete de identidade n.º 1171593 emitido em 17 de Janeiro de 2000 pelos S.I.C. de Ponta Delgada.

2.º

Luís Fernando Miranda Guimarães, casado, natural da freguesia de Eira Vedra do concelho de Vieira do Minho, residente na Rua do Espírito Santo, 62-C, 2.º Dto, na freguesia da Fajã de Baixo deste concelho, titular do bilhete de identidade n.º 9443748 emitido em 16 de Outubro de 2003 pelos S.I.C. de Ponta Delgada.

3.º

Hernâni Manuel Fernando Cardoso Vicente, casado, natural de Angola, residente na Rua da Beira Mar, 16,

freguesia de São Vicente Ferreira deste concelho de Ponta Delgada, titular do bilhete de identidade n.º 7314581 emitido em 26 de Julho de 1999, pelos S.I.C. de Ponta Delgada.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade.

Os outorgantes declararam:

Que, pela presente escritura, como elementos da sua comissão instaladora, formalizam a constituição de uma associação sem fins lucrativos, com a denominação ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DE TIRO COM ARCO que terá a sua sede na Rua Eduardo Faria e Melo, 10, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, concelho da Lagoa (Açores), a qual reger-se-á pelos estatutos constantes no documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do código do notariado, que faz parte integrante desta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Exibiram:

Certificado de admissibilidade de firma emitido em 14 de Outubro de 2005, pelo registo nacional de pessoas colectivas, por onde verifiquei a denominação adoptada.

b) Cartão de pessoa colectiva n.º P512092770 com o CAE 92620.

Foi feita aos outorgantes a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo tendo sido realizada pelas 18,00 horas.

Carlos Manuel Pacheco de Melo – Luís Fernando Miranda Guimarães – Hernâni Manuel Fernando Cardoso Vicente. - O Notário, Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho.

Estatutos

CAPÍTULO I

Denominação, âmbito e sede

Artigo 1.º

É constituída na vila de Lagoa a ASSOCIAÇÃO REGIONAL DOS AÇORES DE TIRO COM ARCO, adiante designada por ARATA.

Artigo 2.º

A ARATA é uma pessoa colectiva de direito privado, sem fins lucrativos, com um número ilimitado de associados, constituída por tempo indeterminado. A ARATA é uma associação aconfessional e apartidária, não tomando parte em manifestações de carácter político ou religioso, nem cedendo quaisquer das suas dependências para tais fins.

Artigo 3.º

A ARATA rege-se pelo disposto no código civil, nos presentes estatutos e por um regulamento geral.

Artigo 4.º

A ARATA tem a sua sede na Rua Eduardo Faria E Maia, 10, freguesia do Rosário, concelho de Lagoa. A sua actividade é essencialmente de âmbito regional desenvolvendo a sua actividade, nas nove ilhas dos Açores.

CAPÍTULO II

Objectivos

Artigo 5.º

Objectivos

A associação destina-se ao desenvolvimento e enquadramento da actividade de tiro com arco no arquipélago dos Açores:

- 1 - Promover a prática do tiro com arco.
- 2 - Promover a realização de provas de âmbito local e regional.

CAPÍTULO III

Associados

Artigo 6.º

Categorias

1 - Haverá duas categorias de associados: Associados efectivos e associados honorários.

2 - São associados efectivos, os clubes ou associações que integrem secções desportivas ou promovam regularmente actividades na área dos desportos de Tiro com Arco e Besta, podem ser ainda associados efectivos as associações de técnicos desportivos com actividade no âmbito das disciplinas mencionadas.

3 - São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que tenham prestado serviços relevantes à ARATA, como o mecenato, promovido o bom-nome da associação ou que pela obtenção de feitos desportivos relevantes, elevem o reconhecimento e prestígio público da modalidade.

Artigo 7.º

Admissão

1 - São admitidos a associados efectivos os clubes ou associações que se auto-proponham à admissão, e que sejam admitidas pela direcção. Deverão, aquando do processo de admissão, provar estarem legalmente constituídos como pessoas colectivas e ter actividade ou interesse nas disciplinas base, através da entrega obrigatória de cópia dos estatutos, do relatório de actividades do ano anterior ou do plano de actividade para o ano em curso.

2 - São associados honorários as pessoas singulares ou colectivas que sejam propostas pela direcção, ou por pelo menos um terço dos associados efectivos, em assembleia geral e aprovada por esta com maioria simples.

3 - Os associados efectivos fazem-se representar nas assembleias gerais e nos corpos sociais por uma pessoa singular, com direito a voto, desde que devidamente credenciada para o efeito.

Artigo 8.º

Exclusão

1 - É excluído de associado efectivo, por deliberação da direcção, todo aquele que não tendo pago as quotas de associado por um período superior a seis meses.

2 - Os associados, de todas as categorias, podem ser excluídos da ARATA, por proposta da direcção, e decisão da assembleia geral, com fundamento no afastamento dos objectivos estatutários ou por porem em causa o bom-nome e os interesses da associação.

3 - Os associados excluídos poderão ser readmitidos mediante o processo normal de admissão de associados.

Artigo 9.º

Direitos

São direitos dos associados efectivos da ARATA:

- 1 - Apresentar à direcção quaisquer sugestões que ache de interesse relevante para a associação.
- 2 - Assistir às assembleias gerais, podendo enviar para o efeito mais do que uma pessoa, embora apenas uma deverá estar mandatada e poderá exercer o direito de voto.
- 3 - Frequentar a sede na presença de um membro de direcção.
- 4 - Sugerir à direcção que esta proponha em assembleia geral novos associados honorários.
- 5 - Votar em todas as deliberações da assembleia geral.
- 6 - Examinar o livro de actas da assembleia geral sempre que requerido e dentro da sede.
- 7 - Receber informação sobre todas as actividades da associação e participar destas.
- 8 - Serem elegíveis para a constituição dos corpos sociais da ARAME: Assembleia geral, direcção e conselho fiscal.
- 9 - Liderar e apresentar, ou figurar, nas listas propostas à constituição dos corpos sociais da ARAME.

São direitos dos restantes associados da ARATA:

- 1 - Apresentar à direcção quaisquer sugestões que ache de interesse relevante para a associação.
- 2 - Assistir às assembleias gerais, podendo enviar para o efeito mais do que uma pessoa, não podendo no entanto exercer o direito de voto.
- 3 - Frequentar a sede na presença de um membro de direcção.
- 4 - Sugerir à direcção que esta proponha em assembleia geral novos associados honorários.
- 5 - Receber informação sobre todas as actividades da associação e participar destas.

Artigo 10.º

Deveres

São deveres de todos os associados da ARATA:

- 1 - Contribuir para a concretização dos objectivos da ARATA.

- 2 - Acatar as disposições destes estatutos e do regulamento geral da associação, bem como as deliberações dos corpos sociais.
- 3 - Pagar atempadamente a quota, cujo montante em dinheiro será fixado pela assembleia geral, e quaisquer encargos que tenha contraído para com a associação.
- 4 - Fazer-se representar nas assembleias gerais por alguém devidamente mandatado para o efeito.
- 5 - Nas actividades da associação ou fora destas não envolver o bom-nome da associação em assuntos de ordem política ou religiosa.
- 6 - Cumprir rigorosamente com as actividades que estejam especialmente à sua responsabilidade.

São também deveres exclusivos dos associados efectivos da ARATA:

- 1 - Desempenhar gratuitamente e com dedicação os cargos dos corpos sociais para que tenham sido eleitos.

CAPÍTULO IV**Corpos sociais**

Artigo 11.º

Órgãos sociais e eleições

1 - A administração da associação é exercida pelos seguintes órgãos sociais: Assembleia geral, direcção e conselho fiscal.

2 - Apenas poderão ocupar lugar nos órgãos dos corpos sociais desta associação os associados efectivos eleitos para esse fim.

3 - As eleições para os corpos gerentes realizam-se uma vez em cada dois anos, no primeiro trimestre do ano civil.

4 - Podem apresentar-se às eleições qualquer número de listas, entregues ao presidente da mesa da assembleia até ao início da assembleia geral reunida para esse fim.

5 - Cada lista que concorra às eleições para os corpos sociais deve apresentar o nome dos associados efectivos a eleger, com a respectiva designação dos cargos que pretendem desempenhar, devendo estar preenchidos todos os cargos dos três órgãos sociais.

6 - As eleições são feitas por escrutínio secreto sendo eleitores todos os associados efectivos que compareçam à assembleia geral reunida para este fim.

7 - Cada associado efectivo tem direito a voto, expresso através da pessoa que, devidamente mandatada, o está a representar. Se o associado efectivo for uma associação de técnicos desportivos a vontade expressa vale apenas um voto e caso seja outro tipo de associação ou clube a vontade expressa vale dois votos.

8 - Consideram-se eleitos os membros constantes da lista, que tenha obtido o maior número de votos.

9 - Os novos corpos sociais entram em funções no dia seguinte ao das eleições.

10 - A exclusão de um membro dos órgãos sociais, antes de termo do respectivo mandato, pode ocorrer por proposta de pelo menos três dos membros da direcção, se discutida e votada em assembleia geral por maioria de dois terços.

11 - Quaisquer dúvidas e protestos apresentados, por efeito das eleições, serão resolvidos pela assembleia geral.

Artigo 12.º

Assembleia geral

1 - A assembleia geral é o órgão deliberativo da ARATA, nela podendo estar representados todos os associados no pleno gozo dos seus direitos sociais e todos se obrigando às suas deliberações. As suas deliberações são tomadas de acordo com a lei geral, ressalvadas as excepções previstas nos presentes estatutos ou no regulamento geral.

2 - A mesa da assembleia geral é constituída por três membros efectivos: Presidente, vice-presidente e secretário. O vice-presidente desempenhará até ao final do mandato as funções do presidente, no impedimento permanente deste, entendendo-se como impedimento permanente a impossibilidade de cumprir o mandato até ao final, por qualquer motivo. No impedimento permanente do vice-presidente ou do secretário cumprir com as suas funções o presidente assume as funções deste, até que a posição seja ocupada por um associado efectivo proposto pelo presidente da mesa da assembleia geral e aprovado na assembleia geral seguinte.

3 - Compete ao presidente da mesa da assembleia geral:

- Convocar as reuniões da assembleia geral.
- Presidir às reuniões da assembleia geral de associados.
- Mandar lavrar e assinar o livro de actas, bem como decidir sobre todos os acontecimentos e deliberações ocorridas em assembleia geral.
- O presidente da mesa da assembleia pode, se o entender, e, sem direito a voto, assistir às reuniões da direcção.

4 - As reuniões ordinárias da assembleia geral realizam-se uma vez de dois em dois anos para eleições dos corpos sociais e anualmente para apreciação do relatório de actividades do ano anterior e aprovação do relatório de contas e do plano de actividades para o ano em curso.

5 - As reuniões extraordinárias da assembleia geral realizam-se sempre que sejam requeridas pela direcção, pelo conselho fiscal ou, com um fim legítimo, por um número de associados efectivos não inferior a um terço.

6 - As convocatórias deverão ser feitas por aviso postal, expedido para cada um dos associados efectivos e associados honorários, com a antecedência mínima de dez dias consecutivos, indicando-se no aviso a hora e local da reunião e a respectiva ordem de trabalhos.

7 - Para deliberar, a assembleia geral, à hora marcada, tem de estar constituída por metade do número total de associados efectivos da associação ou meia hora depois, em 2.ª convocatória, com qualquer número de associados.

8 - As deliberações da assembleia geral só terão validade quando, e em respeito para com o ponto anterior, forem votadas favoravelmente por maioria absoluta dos associados efectivos presentes, salvo excepções constantes dos presentes estatutos.

9 - As deliberações sobre alterações dos estatutos exigem o voto favorável de dois terços dos associados presentes.

10 - As deliberações sobre a dissolução ou prorrogação da pessoa colectiva requerem o voto favorável de dois terços do número de todos os associados presentes.

11 - O exercício e responsabilidade da mesa da assembleia terminam logo que outra lista de corpos sociais tenha sido eleita.

12 - Compete ainda à assembleia geral eleger uma comissão liquidatária, que poderá ser a direcção em funções, num eventual processo de extinção da associação.

Artigo 13.º

Direcção

1 - A direcção é o órgão de administração da ARATA. É constituída por cinco elementos, tendo um deles a função de presidente.

2 - Compete a este órgão:

- Cumprir e fazer cumprir os estatutos, regulamento geral e deliberações de da assembleia geral.
- Elaborar o regulamento geral necessário à vida da associação e submetê-lo à aprovação da assembleia geral.
- Dirigir a actividade e assegurar o regular funcionamento da associação, em conformidade com os estatutos, regulamento geral e nos termos estabelecidos nas reuniões da assembleia geral.
- Celebrar contratos de trabalho, acordar a respectiva resolução, bem como exercer o poder disciplinar sobre os trabalhadores contratados.
- Elaborar e executar anualmente o plano de actividades, após aprovação em assembleia geral.
- Elaborar um relatório das actividades desenvolvidas no último ano a fim de apresentar à apreciação dos associados em assembleia geral.
- Promover a colaboração entre os seus órgãos e associados.
- Representar legalmente a associação e coordenar a sua representação externa.
- Requerer sempre que o entenda a convocação da assembleia geral.
- Propor à assembleia geral a admissão e exclusão de associados, nos termos do n.º 2 do artigo 8.º
- Elaborar e submeter ao conselho fiscal o relatório de contas da associação pelo menos trinta dias consecutivos antes da assembleia geral em que se apresentem as contas aos associados.
- Decidir sobre a abertura de secções especializadas em determinadas áreas, dentro da associação, de forma a administrar e desenvolver mais facilmente as actividades a que se propõem. Nomear ou demitir de funções o responsável por cada secção criada.
- Serão ainda competências da direcção, aquelas que forem aprovadas em regulamento geral.

3 - Compete ao presidente da direcção:

- Convocar as reuniões da direcção, dirigir os trabalhos e dar cumprimento às resoluções tomadas.

- Representar a direcção ou fazer-se representar em todos os actos da existência da associação, inclusive a de outorgar nas escrituras e contratos em que a associação intervier.
- Assinar conjuntamente com qualquer membro da direcção, cheques ou ordens de pagamento.

4 - Compete ao vice-presidente da direcção:

- Assumir a direcção da associação no impedimento do presidente.
- Assumir a direcção da associação na ausência permanente do presidente até que ocorra a assembleia geral seguinte, onde sejam eleitos novos corpos sociais.
- Assinar conjuntamente com qualquer membro da direcção, cheques ou ordens de pagamento.

5 - Compete ao secretário da direcção:

- Redigir as actas da direcção.
- Superintender nos serviços administrativos de secretaria e arquivo.
- Assinar conjuntamente com qualquer membro da direcção, cheques ou ordens de pagamento.

6 - Compete ao tesoureiro da direcção:

- Arrecadar todas as receitas e pagar todas as despesas autorizadas pela direcção.
- Promover uma tesouraria expedita, tendo sempre em dia todas as contas.
- Depositar em casa bancária, de reconhecido crédito, todo o dinheiro que não for necessário para as despesas correntes da associação.
- Fiscalizar e controlar o serviço de cobrança de quotas e de todas as receitas sociais.
- Assinar conjuntamente com qualquer membro da direcção, cheques ou ordens de pagamento.

7 - Compete ao vogal da direcção:

- Assinar conjuntamente com qualquer membro da direcção, cheques ou ordens de pagamento.

8 - Nenhum membro da direcção poderá isoladamente efectuar, em nome da associação, quaisquer operações financeiras excepto quando estiver munido de procuração da direcção, que será especial para cada caso.

9 - Nenhum membro da direcção poderá isoladamente assumir, em nome da associação, quaisquer compromissos para com terceiros sem o assunto ter sido previamente discutido em reunião da direcção e aprovado com maioria.

10 - A direcção obriga-se, na assinatura de contratos ou de outros compromissos para a associação, mediante a assinatura de dois dos seus elementos, em que uma terá de ser obrigatoriamente do presidente ou vice-presidente. Uma assinatura de qualquer membro da direcção bastará na assinatura dos restantes documentos, como por exemplo protocolos de cooperação com outras entidades.

11 - O exercício e responsabilidade da direcção terminam logo que ela faça entrega de todos os valores, livros e documentos aos novos corpos sociais, sendo porém da sua responsabilidade os assuntos e contas que fizerem parte da sua gerência e que não tenham sido aprovados em assembleia geral.

12 - Se o presidente estiver impossibilitado de cumprir o mandato até ao final, serão convocadas no mais curto prazo possível, de acordo com os estatutos, uma assembleia geral extraordinária a fim de eleger novos corpos sociais. No impedimento permanente de outro elemento da direcção cumprir com as suas funções o presidente assume as funções deste, até que a posição seja ocupada por um associado efectivo proposto pelo presidente da direcção e aprovado na assembleia geral seguinte.

Artigo 14.º

Conselho fiscal

1 - O conselho fiscal é constituído por três membros efectivos: Presidente, vice-presidente e secretário.

2 - Compete a este órgão:

- Reunir pelo menos uma vez por ano, ou sempre que ache necessário, lavrando actas de todas as suas reuniões.
- Examinar o relatório de contas e elaborar o seu parecer entregando-o à direcção vinte dias consecutivos antes da respectiva assembleia geral.
- Fiscalizar a administração da associação, assegurando-se do cumprimento dos estatutos pela direcção.
- Solicitar reuniões conjuntas com a direcção sempre que for do seu interesse e assistir às reuniões da direcção sempre que esta o solicitar.
- Acompanhar o funcionamento da ARATA e participar aos órgãos competentes as irregularidades de que tenha conhecimento.
- Pedir a convocação da assembleia geral extraordinária, quando o julgue necessário.

3 - Os membros do conselho fiscal são solidariamente responsáveis, com a direcção pelos prejuízos que possa haver para a associação, caso não tenham cumprido com a fiscalização que lhes compete.

4 - Quando o conselho fiscal se recuse a dar o seu parecer sobre o relatório de contas, com ou sem motivo justificado, ou não o der em tempo útil, o presidente da assembleia geral, a pedido da direcção, nomeará uma comissão verificadora de contas, composta por três associados efectivos.

5 - O exercício e responsabilidade do conselho fiscal cessam quando cessarem os da respectiva direcção.

6 - O vice-presidente desempenhará até ao final do mandato as funções do presidente no impedimento permanente deste, entendendo-se como impedimento permanente a impossibilidade de cumprir o mandato até ao final, por qualquer motivo. No impedimento permanente do vice-presidente ou do secretário cumprir com as suas funções o presidente assume as funções deste, até que a posição seja ocupada por um associado efectivo proposto pelo presidente do conselho fiscal e aprovado na assembleia geral seguinte.

CAPÍTULO V

Secções da associação

Artigo 15.º

Secções

1 - São criadas ou extintas secções da associação pela direcção, após decisão desta, lavrada em acta.

2 - Será nomeado pela direcção, e lavrado em acta, um responsável pela secção, que terá de ser associado efectivo da associação, a quem compete administrar a parte financeira, os bens e as actividades da secção.

3 - Após novas eleições a sua existência mantém-se, bem como o seu responsável, se for este o seu interesse e o da nova direcção.

4 - O responsável pela secção está autorizado a conseguir os seus próprios financiamentos, usando sempre o nome da secção e da associação e apenas com o consentimento da direcção.

5 - Os apoios monetários provenientes do exterior da associação, conseguidos pela secção, têm de passar primeiro pela direcção antes de canalizados para a secção, após o qual serão geridos pelo seu responsável.

6 - Todo o material conseguido pela secção, usando o nome da ARATA, é gerido pelo responsável pela secção, mas é pertença da ARATA, cuja direcção tomará as atitudes que achar por bem se comprovar uma má gestão, afastamento dos interesses da associação, abandono por parte da secção desse material ou das suas responsabilidades.

7 - A direcção poderá, sempre que achar por bem, obrigar o responsável da secção a acatar as suas decisões, inclusive em matérias da própria secção.

CAPÍTULO VI

Disposições gerais

Artigo 16.º

Regulamento geral

Os presentes estatutos são complementados por um regulamento geral.

Artigo 17.º

Actas

As deliberações da assembleia geral, direcção e conselho fiscal, provam-se pelas suas actas depois de aprovadas e assinadas.

Artigo 18.º

Quotas

O valor das quotas é proposto pela direcção e aprovado em assembleia geral.

Artigo 19.º

Estatutos

A alteração dos estatutos da ARATA faz-se mediante proposta apresentada pela direcção em assembleia geral e aprovada nesta por pelo menos dois terços dos associados efectivos presentes.

Artigo 20.º

Regulamento geral

A aprovação do 1.º regulamento geral da ARATA e subseqüentes alterações faz-se mediante proposta apresentada pela direcção em assembleia geral e aprovada nesta por maioria simples dos associados efectivos presentes.

Artigo 21.º

Património social

O património social de ARATA será constituído por:

- Quotizações.
- Contribuições e doações dos associados e de outras entidades.
- Bens móveis ou imóveis adquiridos no exercício das suas actividades.
- Retribuições por serviços prestados no âmbito das suas actividades.

Artigo 22.º

Extinção de ARATA

A ARATA extingue-se por deliberação da assembleia geral e demais casos previstos na lei. Todos os haveres terão o destino que a referida assembleia geral decidir, sem prejuízo no disposto na lei, competindo à comissão liquidatária, eleita para esse fim, fazer cumprir essas decisões.

Artigo 23.º

Casos omissos

Nos casos omissos nestes estatutos e no regulamento geral aplica-se a legislação em vigor.

Carlos Manuel Pacheco de Melo – Luís Fernando Miranda Guimarães – Hernâni Manuel Fernando Cardoso Vicente.

Cartório Notarial de Ponta Delgada, 16 de Dezembro de 2005. - O Notário, *Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho.*

AVELINA & TERESA – CABELEIREIROS, LDA.**Prestação de contas**

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória. Matrícula n.º 304; identificação de pessoa colectiva n.º 512083495; data do depósito, 29 de Junho de 2005. Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória:

Certifica que foram depositadas, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória, 26 de Setembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares*.

AZORGALI – COMÉRCIO DE PEIXE E MARISCO, LDA.**Contrato de sociedade**

Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores). Matrícula n.º 226; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 1/ 22 de Dezembro de 2005. Lúcia de Fátima do Rego Teixeira Moniz, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores):

Certifica que entre Camilo Fernandez Araújo, Lenia Margarida Papoula de Resendes e António Manuel Alves Pereira foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma: AZORGALI — COMÉRCIO DE PEIXE E MARISCO, LDA.

Artigo 2.º

1 - A sociedade tem a sua sede no Lugar do Chão do Rego d'Água, s/n, na freguesia do Cabouco do concelho de Lagoa (Açores).

2 - Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe ou para outro concelho do território nacional.

3 - A gerência poderá criar sucursais, filiais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação social onde e quando julgue conveniente.

Artigo 3.º

A sociedade tem por objecto:

Comércio por grosso e a retalho de peixes, vegetais e mariscos congelados.

Artigo 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e encontra-se dividido em três quotas, sendo uma delas no valor nominal de dois mil duzentos e cinquenta euros pertencente ao sócio Camilo Fernandez Araújo, outra no valor nominal de dois mil euros pertencente à sócia Lénia Margarida Papoula de Resendes e a outra no valor nominal de setecentos e cinquenta euros pertencente ao sócio António Manuel Alves Pereira.

Artigo 5.º

Poderão ser exigíveis aos sócios a realização de prestações suplementares até cinco vezes o valor do capital social, as quais se regerão de acordo com a legislação em vigor a elas respeitantes.

Artigo 6.º

1 - A gerência da sociedade, com ou sem remuneração conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por um ou mais gerentes, os quais serão eleitos pela assembleia geral.

2 - É vedado aos gerentes o uso da denominação social em actos e documentos estranhos à sociedade, tais como letras de favor, fianças, abonações e outros semelhantes.

3 - A gerência poderá constituir mandatários da sociedade, nos termos do artigo 252.º do código das sociedades comerciais.

4 - Aos gerentes compete representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente.

Artigo 7.º

A sociedade obriga-se:

- 1 - Pela assinatura de um gerente.
- 2 - Pela assinatura, dos procuradores nomeados dentro dos limites dos poderes dos respectivos mandatos.
- 3 - Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:
 - a) Arrendar, adquirir ou tomar por trespasse, quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos de e para a sociedade;
 - b) Comprar trocar ou vender ou de qualquer modo alienar veículos automóveis de e para a sociedade.
- 4 - Ficam desde já nomeados gerentes o sócios Camilo Fernandez Araújo e Lénia Margarida Papoula de Resendes.

Artigo 8.º

A cessão e divisão de quotas só é livre entre os sócios. A cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade, que terá sempre direito de preferência o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

Artigo 9.º

Mediante deliberação dos sócios pode a sociedade adquirir participações em quaisquer outras sociedades de

tipo natureza e objecto diverso do seu bem como entrar em agrupamentos complementares de empresas ou em sociedades reguladas por leis especiais.

Artigo 10.º

As assembleias gerais serão convocadas por carta registada, com aviso de recepção, dirigidas aos sócios, com pelo menos quinze dias de antecedência.

Artigo 11.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Artigo 12.º

Em caso de morte ou interdição de qualquer sócio, a sociedade subsistirá, mas a sua quota será amortizada pela sociedade se assim for decidido em assembleia geral convocada para o efeito.

Artigo 13.º

Em caso de arrolamento, penhora, arresto ou inclusão de quota em massa falida ou insolvente, a sociedade poderá amortizar a quota do sócio respectivo. A sociedade poderá ainda amortizar a quota, se esta for cedida sem o consentimento daquele.

Artigo 14.º

A sociedade dissolver-se-á nos casos expressamente previstos na lei ou quando for deliberado ela assembleia geral por maioria qualificada de, pelo menos, três quartos do capital social.

Artigo 15.º

Salvo deliberação em contrário de assembleia geral, a liquidação da sociedade será feita extrajudicialmente, competindo aos membros da gerência em exercício as funções de liquidatários.

Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores), 23 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Lúcia de Fátima do Rego Teixeira Moniz*.

BALÇAÇARIA – ACTIVIDADE HOTELEIRAS E SIMILARES, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 604; data da apresentação, 6 de Julho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 9 de Setembro de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

BAR MANDILA – UNIPessoal, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 3014; identificação de pessoa colectiva n.º 512092885; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 8/ 29 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que Manuel Miguel constituiu a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma BAR MANDILA – UNIPessoal, LDA., e vai ter a sua sede na Rua do Valverde, 79, freguesia de São Sebastião, concelho de Ponta Delgada.

2.º

A gerência poderá deslocar livremente a sede social dentro do concelho de Ponta Delgada ou para concelho limítrofe, e bem assim criar sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

3.º

A sociedade tem por objecto social estabelecimento de bebidas com espectáculo.

4.º

O capital social é de cinco mil euros, o que corresponde à quota única pertencente ao sócio Manuel Miguel.

5.º

O sócio Manuel Miguel declara sob sua responsabilidade que já realizou a sua quota em dinheiro.

6.º

A gerência será nomeada por decisão do sócio único que exerce as competências das assembleias gerais. Fica desde já nomeado gerente o sócio único Manuel Miguel.

7.º

A sociedade poderá nomear mandatários ou procuradores da mesma para a prática de determinados actos ou categorias de actos, atribuindo tais poderes através de procuração.

8.º

A sociedade obriga-se mediante a assinatura de um gerente.

9.º

A gerência não poderá obrigar a sociedade em letras de favor, fiança, abonações, nem em quaisquer actos semelhantes ou estranhos aos negócios sociais.

10.º

A cessão e divisão da quota, no todo ou em parte, a estranhos, depende do consentimento da sociedade.

11.º

Mediante deliberação do sócio fica permitida a participação da sociedade em agrupamentos complementares de empresas, bem como em sociedades com objecto diferente, ou reguladas por lei especial.

12.º

A sociedade poderá entrar automaticamente em actividade, ficando desde já qualquer um dos gerentes autorizado a efectuar o levantamento do capital social para fazer face às despesas de constituição.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 21 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

CANALIZAÇÕES MENDONÇA, UNIPessoal, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1098; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 1/ 20 de Dezembro de 2004.

Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que Carlos Alberto Pimentel Mendonça constitui a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma de CANALIZAÇÕES MENDONÇA, UNIPessoal, LDA., e tem a sua sede no Outeiro do Galhardo, 121, Ladeira Grande, freguesia de Ribeirinha, concelho de Angra do Heroísmo.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto instalações de canalizações e de climatização.

Artigo 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, e corresponde à quota do sócio único.

Artigo 4.º

A gerência da sociedade, dispensada de caução, e com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete ao sócio único, Carlos Alberto Pimentel Mendonça.

Artigo 5.º

Fica autorizada a celebração de quaisquer negócios entre o sócio único e a sociedade, desde que sirvam a prossecução do objecto da sociedade.

Artigo 6.º

A sociedade poder participar noutras sociedades, mesmo com objecto distinto do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

Artigo 7.º

Desde já fica autorizada a gerência a proceder ao levantamento da totalidade do capital social depositado, com a finalidade de adquirir os materiais ou quaisquer utensílios necessários à prossecução dos fins sociais, bem como às despesas de constituição da sociedade.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 10 de Janeiro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes*.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1098; data da apresentação, 29 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 31 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

CHAVES & GASPAR, LDA.**Nomeação**

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 2805; identificação de pessoa colectiva n.º 512084092; inscrição n.º 4; número e data da apresentação, 18/ 21 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que Maria Madalena de Medeiros Paiva Duarte foi nomeada gerente da sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 30 de Novembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

CLÍNICA MÉDICO – CIRURGICA DR. FRANCISCO DINIZ, LDA.**Prestação de contas**

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1027; data da apresentação, 29 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 31 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

DIOGENES DA SILVA LIMA & FILHOS, LDA.**Prestação de contas**

Conservatória do Registo Comercial de Santa Cruz da Graciosa. Matrícula n.º 14; identificação de pessoa colectiva n.º 512000140, data do depósito, 30 de Junho de 2005.

Manuel Sérgio da Cunha Avelar, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Santa Cruz da Graciosa:

Certifica que foi depositada a fotocópia da acta de aprovação e a aplicação dos resultados, respeitante à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício de 2004.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Cruz da Graciosa, 30 de Junho de 2005. - O 2.ª Ajudante, *Manuel Sérgio da Cunha Avelar*.

DISROSA – EMPRESA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA.**Prestação de contas**

Conservatória do Registo Comercial de Velas. Matrícula n.º 144/ 18 de Fevereiro de 2003; identificação de pessoa colectiva n.º 512076251; data do depósito, 29 de Junho de 2005.

Maria Lucrécia da Silveira Bettencourt, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Velas:

Certifico que os documentos referentes a prestação de contas da sociedade em epígrafe relativamente ao ano de 2004, ficam depositados na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Velas, 8 de Agosto de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria Lucrécia da Silveira Bettencourt*.

DSRP, LDA.**Contrato de sociedade**

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 3012; identificação de pessoa colectiva n.º 512092400; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 46/ 28 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que entre Luís Quental Medeiros Pereira e João Miguel Pedroso Rodrigues, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

1 - A sociedade adopta a firma: DSRP, LDA.

2 - A sociedade tem a sua sede na Rua da Cruz, 45, na freguesia de São José do concelho de Ponta Delgada.

3 - Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá deslocar a sede social dentro do mesmo ou para concelho limítrofe, bem como criar, transferir ou extinguir quaisquer agências, sucursais, delegações ou outras formas de representação social, em qualquer outro local.

4 - Se futuramente o sócio Luís Quental Medeiros Pereira, deixar de fazer parte da testa terá de alterar a sua firma de modo a não fazerem parte dela, qualquer que seja a ordem léxica, as expressões DSRP, Lda., com o significado – Design Strategy and Research, que lhe pertencem e que poderá usar para os fins que julgar convenientes.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto: Prestação de serviços de consultadoria, sob a forma de projectos de pesquisa, estudo, análise e desenvolvimento de estratégias de inovação ao nível de processos, produtos e serviços, incluindo design ou especificação tangível dos mesmos.

Artigo 3.º

O capital social inteiramente subscrito e realizado em dinheiro é de cinco mil euros e encontra-se dividido em duas quotas, uma delas no valor nominal de dois mil e setecentos e cinquenta euros, pertencente ao sócio Luís Quental Medeiros Pereira e outra com o valor nominal de dois mil duzentos e cinquenta euros pertencente ao sócio João Miguel Pedroso Rodrigues.

Artigo 4.º

1 - A administração e representação da sociedade, em juízo e fora dele, activa e passivamente dispensada de caução, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida pelos gerentes, que poderão ser sócios ou estranhos à sociedade, nomeados ou destituídos em assembleia geral.

2 - A sociedade obriga-se com a assinatura de dois gerentes.

3 - Pela assinatura de um procurador dos dois gerentes dentro dos limites do mandato.

4 - Os gerentes não podem obrigar a sociedade em fianças, abonações, letras de favor e outros actos semelhantes, estranhos aos negócios sociais.

5 - Ficam desde já nomeados ambos os sócios.

Artigo 5.º

1 - Sem prejuízo da necessidade de contacto entre os diversos gerentes e da eventual necessidade de mútua

substituição nos cargos e funções, os gerentes agora nomeados terão como funções e responsabilidades indicativas, para além das que resultem da lei:

- a) O sócio Luís Quental Medeiros Pereira, chefiará, coordenará e supervisionará a execução de projectos que se inserem no objecto social da sociedade, desde a elaboração de propostas até à sua entrega final;
- b) O sócio João Miguel Pedroso Rodrigues, coordenará os processos de venda com estabelecimento de contactos e acompanhamento de clientes actuais e futuros, bem como a gestão corrente e funcionamento do escritório nas suas funções de suporte à execução dos projectos.

Artigo 6.º

1 - A cessão de quotas a terceiros directamente não é permitida.

2 - A cessão de uma quota em nome da sociedade depende do consentimento unânime dos sócios fundadores da sociedade.

3 - O consentimento referido no n.º 2 supra, acarreta para os sócios fundadores a obrigação automática de criar uma nova quota, em nome da sociedade para a qual contribuirão na proporção da quota de cada um deles e no total das quotas dos sócios fundadores. Só esta nova quota poderá ser cedida a terceiro.

4 - A cessão de quotas entre sócios não é permitida e só poderá ser realizada se a quota a ceder for adquirida pela sociedade e eventualmente cedida por esta aos sócios fundadores na proporção da quota de cada um deles, num total igual ao das quotas dos sócios fundadores que se mantenham na sociedade.

5 - A cessão de quotas a terceiros por parte da sociedade, exceptuando-se o caso a que se refere o n.º 6 infra, não poderá superar, na soma de todas elas, 20% do capital social e cada quota, individualmente, não poderá superar 10% do capital social.

6 - A sociedade poderá deliberar por maioria, a cessão de uma quota ou quotas a sociedades suas congéneres (com a mesma firma ou sigla) mas com sedes noutros países que não Portugal, até ao montante de 20% do capital social e para além do montante estabelecido pelo n.º 5, o disposto no n.º 3 permanece válido neste caso.

Artigo 7.º

A oneração, por qualquer forma, das quotas da sociedade depende de autorização expressa da assembleia geral.

Artigo 8.º

Sempre que a lei não exija outras formalidades e prazos, as assembleias gerais serão convocadas por meio de carta registada dirigida aos sócios, expedida com antecedência mínima de quinze dias.

Artigo 9.º

Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 249.º, n.º 5 do código das sociedades comerciais, ficam os sócios autorizados a nomear qualquer terceiro como seu representante em assembleias gerais.

Artigo 10.º

1 - A assembleia geral deliberará o destino a dar aos lucros da sociedade depois de retiradas as importâncias necessárias para o fundo de reserva legal, ou constituir reservas extraordinárias deliberadas em assembleia geral.

2 - Serão autorizados adiantamentos sobre lucros no decurso de exercício, até ao máximo permitido por lei.

Artigo 11.º

Os balanços e contas da sociedade serão fechados com referência a 31 de Dezembro de cada ano, devendo verificar-se a sua aprovação nos três meses seguintes.

Artigo 12.º

No omissio, a sociedade reger-se-á pelas disposições do código das sociedades comerciais ora em vigor.

Artigo 13.º

O presente pacto social só poderá ser alterado, no todo ou em parte, com o voto favorável do sócio Luís Quental Medeiros Pereira, enquanto este se mantiver na sociedade.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 12 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

ECOBARROSA — TURISMO ECOLÓGICO E LAZER, SA

Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00382; identificação de pessoa colectiva n.º 512068860; número e data da apresentação, 6/ 22 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que a sociedade em epígrafe aumentou o capital social, reforçado com 1.000.000,00 euros, mediante a emissão de 1.000.000 acções com o valor nominal de 1,00 euro cada uma, consequentemente foi alterada o artigo 4.º do contrato, com a seguinte redacção:

Artigo 4.º

O capital social é de 1.050.000,00 euros, integralmente subscritos e realizado em dinheiro, dividido em 1.050.000 acções no valor nominal de 1,00 euro cada uma.

Está conforme o original.

O texto completo e actualizado encontra-se depositado em pasta própria.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

EMPRESA DO CORREIO DA HORTA, UNIPESSOAL, LDA.

Nomeação

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00320/ 23 de Julho de 1997; identificação de pessoa colectiva n.º 512082952; inscrição n.º 3; número e data da apresentação, 1/ 22 de Setembro de 2005.

Filomena Maria Vieira Pinto, 1.ª ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que foi nomeado o conselho de administração com a seguinte composição: Alberto Romão Madruga da Costa, David Francisco Mendonça Santos, Teresa de Jesus da Silva Moraes e João António Bettencourt das Neves.

Data da deliberação: 23 de Setembro de 2004.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 28 de Setembro de 2005. - A 1.ª Ajudante Principal, *Filomena Maria Vieira Pinto*.

ESPAÇOS PRANCHINHA – ARRENDAMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 3020; identificação de pessoa colectiva n.º 512091919; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 13/ 12 de Dezembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatório do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que entre Paulo Renato Belchior Duarte e João Manuel Belchior de Sousa foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma: ESPAÇOS PRANCHINHA -
- ARRENDAMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

Artigo 2.º

1 - A sociedade tem a sua sede na Travessa das Laranjeiras, 13-A, na freguesia de São Pedro do concelho de Ponta Delgada.

2 - Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 - A gerência poderá criar sucursais, filiais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação social onde e quando julgue conveniente.

Artigo 3.º

A sociedade tem por objecto:

- Arrendamento de bens imobiliários.

Artigo 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e encontra-se dividido em duas quotas no valor nominal de dois mil e quinhentos euros cada, uma pertencente ao sócio Paulo Renato Belchior Duarte e a outra pertencente ao sócio João Manuel Belchior de Sousa.

Artigo 5.º

Poderão ser exigíveis aos sócios a realização de prestações suplementares até cinco vezes o valor do capital social, as quais se regerão de acordo com a legislação em vigor a elas respeitantes.

Artigo 6.º

1 - A administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, incumbe aos gerentes que sejam eleitos por deliberação dos sócios, tomada por qualquer das formas legalmente previstas no código das sociedades comerciais.

2 - Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Arrendar, adquirir ou tomar por trespasse, quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos de e para a sociedade;

- b) Comprar trocar ou vender ou de qualquer modo alienar veículos automóveis ligeiros de e para a sociedade.

3 - Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

Artigo 7.º

A sociedade obriga-se em todos os actos e contratos com a assinatura de dois gerentes.

Artigo 8.º

A cessão total ou parcial de quotas, quer a estanhos quer a sócios fica dependente do consentimento da sociedade.

Artigo 9.º

A sociedade poderá amortizar a quota de um sócio em caso de execução da quota ou quando, por qualquer razão haja risco de entrada de um estranho na sociedade.

Artigo 10.º

A assembleia geral reunirá ordinariamente nos casos previstos na lei e extraordinariamente quando convocada pela gerência.

Artigo 11.º

Mediante deliberação dos sócios poderá a sociedade:

- a) Derrogar os preceitos dispositivos do código das sociedades comerciais supletivamente aplicáveis;
- b) Adquirir participações em quaisquer outras sociedades de tipo natureza e objecto diverso do seu bem como entrar em agrupamentos complementares de empresas ou em sociedades reguladas por leis especiais.

Artigo 12.º

Os lucros apurados, depois de deduzidas as despesas e encargos sociais, e separada a percentagem para constituição ou reintegração de fundo de reserva legal, serão divididos pelos sócios na proporção das suas quotas.

Artigo 13.º

Em todo o omissis será aplicado o disposto no código das sociedades comerciais.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada,
28 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

ESTÚDIO 2 — PRODUÇÃO DE FILMES E VÍDEOS, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande.
Matrícula n.º 00493; identificação de pessoa colectiva n.º 512091870; número e data da apresentação, 5/ 3 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que entre Cassilda Alexandra Antunes Lopes, divorciada, residente na Rua Engenheiro Fernando Monteiro, 10, Conceição, Ribeira Grande e Rui Manuel Ávila de Simas, casado, residente na Rua Barão das Laranjeiras, 121, São Pedro, Ponta Delgada, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma: ESTÚDIO 2 — PRODUÇÃO DE FILMES E VÍDEOS, LDA.

Artigo 2.º

1 - A sociedade tem a sua sede na Rua Engenheiro Fernando Monteiro, 10, na freguesia da Conceição do concelho da Ribeira Grande.

2 - Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 - A gerência poderá criar sucursais, filiais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação social onde e quando julgue conveniente.

Artigo 3.º

A sociedade tem por objecto:

Produção de filmes e vídeos, produções multimédia, produção de espectáculos e eventos e prestação de serviços de publicidade e marketing.

Artigo 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de cinco mil euros e encontra-se dividido em duas quotas, sendo uma no valor nominal de três mil euros pertencente à sócia Cassilda Alexandra Antunes Lopes e a outra no valor nominal de dois mil euros pertencente ao sócio Rui Manuel Ávila de Simas.

Artigo 5.º

Poderão ser exigíveis aos sócios a realização de prestações suplementares até cinco vezes o valor do capital social, as quais se regerão de acordo com a legislação em vigor a elas respeitantes.

Artigo 6.º

1 - A administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, incumbe aos gerentes eleitos em assembleia geral.

2 - A assembleia geral deliberará se a gerência é remunerada ou não.

3 - Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- Arrendar, adquirir ou tomar por trespasse, quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos de e para a sociedade;
- Comprar trocar ou vender ou de qualquer modo alienar veículos automóveis ligeiros de e para a sociedade.

4 - Fica desde já nomeado gerente a sócia Cassilda Alexandra Antunes Lopes.

Artigo 7.º

A sociedade obriga-se em todos os actos e contratos com a assinatura de um gerente.

Artigo 8.º

A cessão total ou parcial de quotas, quer a estanhos quer a sócios fica dependente do consentimento da sociedade.

Artigo 9.º

A sociedade poderá adquirir participações em quaisquer outras sociedades de tipo natureza e objecto diverso do seu bem como entrar em agrupamentos complementares de empresas ou em sociedades reguladas por leis especiais.

Artigo 10.º

Assembleia geral deliberará o destino a dar aos lucros da sociedade depois de retiradas as importâncias necessárias para o fundo de reserva legal.

Mais declaram sob sua inteira responsabilidade que já foi efectuado o depósito total do capital social, no Banco BPI, SA, Agência do Centro Comercial Vasco da Gama em Lisboa.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

FEDERAÇÃO DAS PESCAS DOS AÇORES

Constituição de associação

Certifico que a presente cópia composta por vinte folhas, foi extraída da escritura lavrada de fls. 8 a fls. 9 verso e documento complementar do livro de notas para escrituras diversas n.º 23-A.

No dia 12 de Dezembro de 2005, no Cartório Notarial de Ponta Delgada, a cargo do Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho, perante o respectivo Notário, compareceram como outorgantes:

1.º

Francisco Liberato Fernandes, casado, natural da freguesia de São Martinho, do concelho do Funchal, residente na Rua do Laureano, 134, na freguesia de São Pedro, deste concelho de Ponta Delgada, titular do bilhete de identidade n.º 5024372 emitido em 15 de Março de 2002, pelos S.I.C. de Ponta Delgada, o qual outorga na qualidade de presidente da direcção da cooperativa: PORTO DE ABRIGO, ORGANIZAÇÃO DE PRODUTORES DE PESCA, CRL, identificação de pessoa colectiva n.º 512017476, com sede na 1.ª Rua de Santa Clara, 35, na freguesia de Santa Clara, deste concelho de Ponta Delgada, matriculada na respectiva Conservatória sob o n.º 3, com o capital social de cinquenta mil euros, conforme verifiquei por uma certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada em 28 de Outubro de 2005 e por uma fotocópia autenticada da acta n.º 48 da assembleia geral de 3 de Setembro de 2005, documentos que arquivo.

2.º

José de Resendes Santos, casado, natural da freguesia de Santo Espírito, do concelho de Vila do Porto, residente na Rua do Mercado, 34, na freguesia e concelho de Vila do Porto titular do bilhete de identidade n.º 7696270 emitido em 19 de Abril de 1999, pelos S.I.C. de Ponta Delgada, o qual outorga na qualidade de presidente da direcção da associação: ASSOCIAÇÃO DE PESCADORES DA ILHA DE SANTA MARIA, identificação de pessoa colectiva n.º 512085250, com sede no Cais de Vila do Porto, freguesia e concelho de Vila do Porto, conforme verifiquei por uma fotocópia autenticada por advogado da escritura de constituição da associação e dos estatutos da mesma e por fotocópias autenticadas das actas de tomada de posse e da assembleia geral de 3 de Setembro de 2005, documentos que arquivo.

3.º

José dos Santos Botelho, casado, natural da freguesia de São Miguel, do concelho de Vila Franca do Campo, residente no Monte de Santa Cruz das Flores, na freguesia e concelho de Santa Cruz das Flores, titular do bilhete de identidade n.º 4878049 emitido em 12 de Novembro de 1996, pelos S.I.C. de Angra do Heroísmo, o qual outorga na qualidade de presidente da direcção da associação: ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES FLORENTINOS, identificação de pessoa colectiva n.º 512087369, com sede na Rua dos Pescadores, 5, freguesia e concelho de Lajes das Flores, conforme verifiquei por uma fotocópia autenticada por advogado da escritura de constituição da associação e dos estatutos da mesma e por fotocópias autenticadas das actas n.º 1 de nomeação da direcção e n.º 2 da assembleia geral de 3 de Setembro de 2005, documentos que arquivo.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade.

Os outorgantes nas suas ditas qualidades declararam:

Que, pela presente escritura, as suas representadas, como membros fundadores, formalizam a constituição de uma pessoa colectiva sem fins lucrativos com a natureza de Federação, com a denominação FEDERAÇÃO DAS PESCAS DOS AÇORES que terá a sua sede provisória na 1.ª Rua de Santa Clara, 35, freguesia de Santa Clara do concelho de Ponta Delgada, a qual terá como objecto promover e desenvolver os interesses das associadas da pesca, suas filiadas, bem como a sua representação na defesa dos interesses comuns e gerais da pesca e reger-se-á pelos estatutos constantes no documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do código do Notariado, que faz parte integrante desta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Exibiram:

- a) Certificado de admissibilidade de firma emitido em 27 de Setembro de 2005 (2.ª via), pelo registo nacional de pessoas colectivas, por onde verifiquei a denominação adoptada;
- b) Cartão de pessoa colectiva n.º P512092524 com o CAS 05011.

Foi feita aos outorgantes a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo, tendo sido realizada pelas 20,00 horas.

Francisco Liberato Fernandes – José de Resendes Santos – José dos Santos Botelho. – O Notário, Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho.

Estatutos

CAPÍTULO I

Artigo 1.º

Denominação, direcção e sede

1 - É constituída, nos termos gerais do direito, uma federação que se denomina FEDERAÇÃO DAS PESCAS DOS AÇORES, e é uma federação sem fins lucrativos.

2 - A Federação das Pescas dos Açores durará por tempo indeterminado e terá a sua sede provisoriamente na 1.ª Rua de Santa Clara, 35, com o código postal 9500-241 Ponta Delgada.

3 - A sede da Federação será transferida para a sede da associada que presidir ao órgão executivo da Federação sempre que se verificar alteração nos órgãos sociais.

Artigo 2.º

Âmbito e objecto

A Federação das Pescas dos Açores desenvolve a sua actividade na Região Autónoma dos Açores e tem como objectivo a promoção e o desenvolvimento dos interesses

das associações da pesca, e suas filiadas, bem como a sua representação na defesa dos interesses comuns, e gerais da pesca.

Artigo 3.º

Das atribuições

A fim de prosseguir os seus objectivos, são atribuições da Federação:

- a) Promover o desenvolvimento do sector da pesca de forma a assegurar melhores condições de trabalho e de rendimento, aos pescadores e armadores filiados nas associações integrantes da Federação;
- b) Assegurar uma pesca sustentável informando e estimulando a divulgação entre os sócios das entidades filiadas as disposições contidas no código de conduta para uma pesca responsável, elaborada pela FAO, assim como na legislação regional, nacional e da UE que tenham como objectivo o cumprimento duma pesca sustentável;
- c) Promover o desenvolvimento das associações, estimulando o espírito de solidariedade e de entreaajuda entre as entidades e os profissionais da pesca;
- d) Representar as associações junto das entidades públicas e privadas, nacionais e estrangeiras;
- e) Propor e participar na elaboração de legislação de interesse para o sector da pesca;
- f) Propor e participar nas negociações de medidas que favoreçam a diminuição dos custos de produção assim como a valorização dos preços pagos aos produtores;
- g) Participar em Federações ou Confederações nacionais ou internacionais do sector da pesca e demais órgãos de decisão e/ou com carácter consultivo relacionados com as actividades da pesca.

CAPÍTULO II

Artigo 4.º

Associadas

Podem ser sócias da Federação todas as associações da pesca dos Açores, cooperativas da pesca e organizações de produtores da pesca, que se identifiquem com os princípios programáticos acima referidos.

Artigo 5.º

Da admissão de sócios

1 - A admissão de sócios é da competência da direcção cabendo recurso para a assembleia geral das deliberações denegatórias daquela, a interpor no prazo de quinze dias depois da notificação.

2 - O pedido de admissão deverá ser acompanhado de uma pública forma ou fotocópia autenticada da escritura de constituição.

Artigo 6.º

Direitos das associadas

São direitos das associadas:

- a) Manter na respectiva área de acção as suas atribuições e a sua personalidade jurídica;
- b) Participar nas actividades da Federação, incluindo o direito de eleger e de ser eleito para qualquer cargo social;
- c) Beneficiar de apoio da assistência técnica, económica e jurídica da Federação;
- d) Beneficiar dos fundos que vierem a ser constituídos nos termos a definir em regulamento;
- e) Serem representadas pela Federação perante quaisquer entidades regionais, nacionais e internacionais;
- f) Serem informados do funcionamento e da vida interna da Federação, através dos seus órgãos.

Artigo 7.º

Deveres das associadas

São deveres das associadas:

- a) Pagar pontualmente à Federação as quotizações previstas nos regulamentos ou aprovadas em assembleia geral;
- b) Comunicar à Federação quaisquer alterações dos seus estatutos e regulamentos, depois de aprovados, enviando um exemplar com as novas redacções;
- c) Colaborar com a Federação na execução das deliberações tomadas ao abrigo dos estatutos e demais regulamentos;
- d) Participar nas actividades sociais da Federação;
- e) Assegurar todo o serviço de apoio logístico à Federação enquanto desempenhar o cargo de presidente da direcção;
- f) Terminado o mandato de presidente da direcção da Federação das Pescas dos Açores, enviar, no prazo de um mês, toda a documentação pertencente à Federação para a sede da associada que assumir este cargo;
- g) De modo geral, colaborar com a Federação para o seu bom funcionamento.

Artigo 8.º

Da perda da qualidade de sócio

1 - Perdem a qualidade de sócio.

2 - Os que manifestarem por escrito à direcção a vontade de deixarem de ser sócios da Federação, uma vez que tal deliberação seja aprovada em assembleia geral da associação em causa:

- a) Os que não satisfizerem os seus compromissos financeiros com a Federação por um período superior a noventa dias, desde que previamente avisados;

- b) Os que forem excluídos em consequência da deliberação em assembleia geral convocada para o efeito.

3 - No caso da alínea a) do número anterior, o sócio ao manifestar aquela vontade deverá acompanhá-la das contribuições devidas até esse momento.

4 - No caso da alínea b) do n.º 1 cabe à direcção apreciar o pedido de readmissão da associada excluída não podendo, no entanto, tal pedido ser recebido sem que, previamente, a associação em causa pague todas as quantias em dívida à Federação.

CAPÍTULO III

Da organização e funcionamento

Artigo 9.º

Dos órgãos sociais

1 - São órgãos sociais da Federação:

- a) Assembleia geral;
- b) Direcção;
- c) Conselho fiscal.

SECÇÃO I

Princípios gerais

Artigo 10.º

Eleição dos corpos sociais

1 - Os membros da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal são eleitos pela assembleia geral, por maioria absoluta de votos, em escrutínio secreto, de entre lista únicas para todos os órgãos a enviar ao presidente da mesa com a antecedência mínima em relação à data da assembleia eleitoral.

2 - Cada lista é constituída pelos candidatos e membros efectivos e ainda, para a direcção e conselho fiscal, por um suplente que substituirá qualquer membro efectivo no seu impedimento.

3 - A duração dos mandatos dos membros da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal é de dois anos. O membro eleito quando impedido temporariamente será substituído pelo suplente para o respectivo órgão.

4 - Considera-se impedido definitivamente para o efeito do exercício do cargo nos corpos sociais da Federação o membro que perder a qualidade de sócio na associação a que pertence.

5 - As eleições deverão decorrer até 30 de Setembro do ano em que os órgãos sociais terminarem o mandato.

6 - Os órgãos eleitos deverão tomar posse até trinta dias após a eleição.

7 - Findo o termo dos mandatos, os membros dos órgãos sociais manter-se-ão em funções de gestão até à tomada de posse dos novos membros.

8 - Ninguém poderá ser eleito para mais de um órgão social.

SECÇÃO II

Assembleia geral

Artigo 11.º

Composição

A assembleia geral é constituída pelas associadas que serão representadas pelas respectivas direcções em número máximo de três elementos de cada associação cabendo um voto a cada associada.

Artigo 12.º

Mesa

A mesa da assembleia geral é composta por um presidente e dois secretários.

Artigo 13.º

Competência

Compete à assembleia geral:

- a) Eleger os membros da mesa da assembleia geral, da direcção e do conselho fiscal;
- b) Definir as linhas gerais de actuação da Federação, tendo em vista a defesa dos interesses dos sócios no quadro dos fins fixados nos estatutos;
- c) Discutir e votar os orçamentos, o programa de actividades e relatório e contas que a direcção lhe apresentar com o parecer do conselho fiscal;
- d) Fixar as contribuições para a Federação por parte de cada uma das associadas;
- e) Discutir e aprovar as alterações aos estatutos, regulamentos internos e o regulamento eleitoral;
- f) Deliberar, por maioria de dois terços, quando não for prevista expressamente por estes estatutos de forma diferente;
- g) Apreciar e deliberar sobre qualquer questão que a direcção entenda submeter à apreciação da assembleia geral.

Artigo 14.º

Funcionamento

1 - A assembleia geral funcionará em sistema rotativo pelas sedes das associadas.

2 - A assembleia geral reúne ordinariamente duas vezes por ano:

- a) Até 31 de Março para discussão e votação do relatório e contas do exercício do ano anterior;
- b) Até 30 de Novembro para a discussão e votação do programa de actividades e do orçamento para o ano seguinte.

3 - A assembleia geral reúne ordinariamente de dois em dois anos, até 30 de Setembro, para fins eleitorais.

4 - A assembleia geral reúne extraordinariamente quando convocada pelo presidente da mesa, por iniciativa da direcção ou requerimento de pelo menos três das suas associadas.

5 - A assembleia geral, não pode deliberar, em 1.ª convocatória, sem a presença de metade, pelo menos, dos seus associados.

6 - A assembleia geral funcionará:

- a) Trinta minutos após a hora fixada, em 2.ª convocatória, com a mesma ordem de trabalhos e deliberar validamente qualquer que seja o número dos membros presentes ou representados.

Artigo 15.º

Convocatória e ordem do dia

1 - As convocatórias para a assembleia geral deverão ser feitas através de fax e confirmadas por carta registada, dirigida as associadas, com pelo menos quinze dias de antecedência da data da reunião.

2 - As convocatórias devem indicar o dia, hora e local da reunião, bem como a ordem de trabalhos.

3 - Quando a ordem de trabalhos compreenda a alteração dos estatutos ou do regulamento eleitoral, deverá ser enviada uma cópia da proposta de alterações.

4 - Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias urgentes por meio de fax expedido com o mínimo de oito dias de antecedência da reunião.

5 - Nas reuniões a que se refere o número anterior não poderão ser tomadas deliberações sobre matéria estranha à ordem do dia, salvo se todos os membros estiveram representados e concordarem com as alterações propostas.

SECÇÃO III

Da direcção

Artigo 16.º

Composição

1 - A direcção é composta por três elementos efectivos e um suplente.

2 - De entre os três elementos efectivos um será eleito presidente, um secretário e um tesoureiro.

3 - Os elementos da direcção da Federação não poderão exercer cumulativamente funções ou cargos políticos ou partidários.

Artigo 17.º

Competência

Compete à direcção:

- a) Representar a Federação em juízo e fora dele;
- b) Definir, orientar e executar a actividade da Federação de acordo com as directrizes gerais traçadas em assembleia geral;
- c) Cumprir e fazer cumprir as disposições estatutárias, as deliberações da assembleia geral e as suas próprias resoluções;

- d) Elaborar e submeter à assembleia geral o plano de actividades e orçamento e o relatório e as contas do exercício com parecer do conselho fiscal;
- e) Admitir os sócios e exercer em relação a eles as demais competências definidas nos estatutos;
- f) Elaborar o regulamento eleitoral a submeter à apreciação e votação da assembleia geral;
- g) Gerir os recursos da Federação com rigor e isenção e no estrito cumprimento da legislação em vigor.

Artigo 18.º

Funcionamento

1 - A direcção reúne ordinariamente de três em três meses e extraordinariamente quando for convocada pelo presidente, por iniciativa própria ou a requerimento de um dos elementos da direcção.

2 - A direcção só poderá deliberar estando presentes a maioria dos seus membros.

3 - As deliberações são tomadas por unanimidade dos elementos presentes.

4 - Qualquer assunto para merecer deliberação da direcção deverá ser do conhecimento prévio e confirmado de todos os seus membros com a antecedência mínima de 24,00 horas da data de reunião.

5 - No caso de não haver consenso, pode qualquer dos membros por carta registada, solicitar ao presidente da assembleia geral que convoque uma assembleia geral extraordinária para apreciação do assunto.

Artigo 19.º

Da vinculação da federação

1 - Para obrigar a Federação são necessárias as assinaturas de dois membros da direcção, bastando a assinatura de um para os actos de mero expediente.

2 - A direcção poderá constituir mandatários, devendo os respectivos poderes gerais ou especiais constar de procuração onde se refira expressamente a competência delegada.

SECÇÃO IV

Do conselho fiscal

Artigo 20.º

Composição

O conselho fiscal é constituído por três membros efectivos que, de entre si, designarão um presidente.

Artigo 21.º

Competência

Compete ao conselho fiscal:

- a) Fiscalizar os actos administrativos e financeiros da direcção;

- b) Dar parecer sobre o relatório e contas da direcção a submeter à assembleia geral;
- c) Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por lei ou pelos estatutos.

Artigo 22.º

Funcionamento

O conselho fiscal reúne ordinariamente duas vezes por ano e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu presidente ou a pedido da direcção.

CAPÍTULO IV

Do regime financeiro

Artigo 23.º

Duração do ano económico

O ano económico coincide com o ano civil.

Artigo 24.º

Receitas da Federação

São receitas da Federação:

- a) O produto das jóias a pagar pelas associadas;
- b) O produto das quotizações anuais a pagar pelas associadas até 31 de Janeiro;
- c) O pagamento de serviços que, eventualmente, lhe venham a ser feitas e que sejam aceites pelo órgão competente;
- d) Subsídios de entidades públicas ou privadas;
- e) Qualquer outras receitas que lhe seja atribuídas.

Artigo 25.º

Despesas da Federação

São despesas da Federação:

- a) Os pagamentos relativos a pessoal, a material, serviços e outros encargos necessários desde que orçamentalmente previstos e aprovados pela direcção;
- b) O pagamento de subsídios e participações de iniciativas tomadas pela Federação individualmente ou em colaboração com outras entidades e que se integram nos objectivos que prosseguem;
- c) O exercício de funções directivas nos órgãos sociais da Federação não é remunerado constituindo no entanto seu encargo o pagamento das deslocações e estadia em actividades próprias ou de representação.

Artigo 26.º

Das jóias e quotizações

1 - As jóias de inscrição e as quotizações serão fixadas de acordo com o regulamento próprio e em função das necessidades orçamentais.

2 - O regulamento atrás referido é aprovado ou alterado em assembleia geral.

CAPÍTULO V

Artigo 27.º

Alteração dos estatutos

1 - As deliberações sobre as alterações dos presentes estatutos só poderão ser deliberadas em assembleia geral expressamente convocada para esse fim e necessita, para ser válida, de obter o voto favorável de três quartos do número das associadas presentes.

2 - A aprovação e alteração do regulamento eleitoral segue o regime do número anterior.

Artigo 28.º

Dissolução e liquidação

1 - A Federação das Pescas dos Açores poderá ser dissolvida em assembleia geral expressamente convocada para o efeito e com voto favorável de três quartos do número de todas as associadas.

2 - Deliberada a dissolução, a assembleia geral elegerá a comissão liquidatária, revertendo o património para as associadas.

Artigo 29.º

Disposições finais

No que estes estatutos forem omissos regem as demais leis gerais do país aplicáveis às associações, os regulamentos internos e as deliberações da assembleia geral.

Francisco Liberato Fernandes – José de Resendes Santos – José dos Santos Botelho.

Cartório Notarial de Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 2005. – O Notário, *Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho.*

FERREIRA & SOARES, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00328/ 23 de Abril de 1998; identificação de pessoa colectiva n.º 512047715; data do depósito, 25 de Junho de 2004.

Filomena Maria Vieira Pinto, 1.ª ajudante em exercício, da Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que ficou depositada a acta da assembleia geral com a aprovação e aplicação de resultados, respeitante à prestação de contas do exercício do ano de 2003, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 25 de Junho de 2004. - A 1.ª Ajudante em exercício, *Filomena Maria Vieira Pinto*.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de objecto

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00328/ 23 de Abril de 1998; identificação de pessoa colectiva n.º 512047715; inscrição n.º 3; número e data da apresentação, 1/ 25 de Junho de 2004.

Filomena Maria Vieira Pinto, 1.ª ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que foi alterado o artigo 2.º do contrato social, da sociedade em epígrafe, passando o mesmo a ter a seguinte redacção:

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto a encadernação, impressão diversa, edição, design e distribuição de livros, revistas, jornais ou outras publicações e as actividades associadas com as suas preparações; estampagem e serigrafia; produção, pós-produção e distribuição em som e imagem; fotografia, publicidade, agências e gestão de suportes, fabrico ou construção, conservação, restauro em: cerâmica, vidro, azulejos, escultura, materiais pétreos, edifícios, coberturas, construções em madeira, andaimes, mobiliário, metais, artigos de joalheria e ourivesaria, couro, pintura, pintura mural, bens arqueológicos, documentos gráficos, documentos gráficos, documentos fotográficos, têxteis, moldes, maquetas, fibras ou resinas sintéticas, carimbos, gravuras, artigos de pasta de papel, papel para papelarias e cartão, comércio por grosso e a retalho.

O texto completo na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 6 de Julho de 2004. - A 1.ª Ajudante Principal, *Filomena Maria Vieira Pinto*.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00328/ 23 de Abril de 1998; identificação de pessoa colectiva n.º 512047715; data do depósito, 29 de Junho de 2005.

Filomena Maria Vieira Pinto, 1.ª ajudante em exercício, da Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que ficou depositada a acta da assembleia geral com a aprovação e aplicação de resultados, respeitante à prestação de contas do exercício do ano de 2004, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 29 de Junho de 2005. - A 1.ª Ajudante em exercício, *Filomena Maria Vieira Pinto*.

FREITAS & MACEDO – ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA.

Alteração do contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 2764; identificação de pessoa colectiva n.º 512082243; inscrição n.º 2; número e data da apresentação, 31/ 18 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe mudou a firma para E FREITAS & MACEDO – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA., tendo sido alterados os artigos 1.º e 2.º do contrato social, ficando os mesmos com a seguinte redacção:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma E FREITAS & MACEDO - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA., tem a sua sede na Rua do Monte, 40, freguesia de Fajã de Baixo concelho de Ponta Delgada.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto: Compra e venda de imóveis; aquisição, permuta, avaliação, arrendamento, sublocação, comodato, transformação de terrenos para revenda em lotes de construção, construção por administração directa ou empreitada de imóveis para venda; promoção e gestão de empreendimentos imobiliários próprios ou alheios; exploração de actividades marítimo e turísticas.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 29 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

FUNCHADELGADA – SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, SA

Alteração do contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 2614; identificação de pessoa colectiva n.º 512073392; inscrição n.º 2; número e data da apresentação, 3/ 21 de Novembro de 2005. Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe alterou os artigos 7.º e 12.º do contrato social, ficando os mesmos com a seguinte redacção:

Artigo 7.º

- 1 - Mantém-se.
- 2 - Mantém-se.
- 3 - Mantém-se.

4 - Podem os accionistas deliberar, uma ou mais vezes, que lhe sejam exigidas prestações acessórias de capital, até ao montante global máximo, para cada accionista, equivalente a mil vezes o valor nominal das suas respectivas participações.

5 - Depois de atingido o limite estabelecido no número anterior, se houver restituição, no todo ou em parte de prestações acessórias, podem os accionistas voltar a deliberar que lhes sejam exigidas novas prestações acessórias.

Artigo 12.º

- 1 - Mantém-se.

- a) Mantém-se;
- b) Pela assinatura ou intervenção de um ou mais procuradores da sociedade, nos termos e com os limites da respectiva procuração.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 30 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

GEOTERCEIRA – SOCIEDADE GEOELÉTRICA DA TERCEIRA, SA

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 838; data da apresentação, 30 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 19 de Outubro de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

GERARDO MARTINS DE MENESES – COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória. Matrícula n.º 326; identificação de pessoa colectiva n.º 512057788; data do depósito, 30 de Junho de 2005.

Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória:

Certifica que foram depositadas, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória, 7 de Setembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Lasalete Ribeiro de Lima Tavares*.

GONÇALVES & AGUIAR, LDA.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 2678; identificação de pessoa colectiva n.º 512009716; inscrição n.º 10; número e data da apresentação, 28/ 18 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe aumentou o seu capital para 120.000,00 e tendo sido alterado o artigo 4.º do contrato social, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

Artigo 4.º

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro e outros valores é de cento e vinte mil euros e encontra-se dividido em quatro quotas, sendo uma delas no valor nominal de setenta e cinco mil euros pertencente ao sócio Artur da Câmara Moniz e, três quotas iguais, todas no valor nominal de quinze mil euros, cada, pertencentes uma a cada uma das sócias Filomena Maria Aguiar Moniz, Sandra Paula Aguiar Moniz Ibrahimoglu e Cláudia da Graça Aguiar Moniz Garcia.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 21 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

GRUPO DESPORTIVO CASA POVO RIBEIRA GRANDE

Constituição de associação

Certifico que a presente cópia composta por dezasseis folhas, foi extraída da escritura lavrada de fls. 122 a fls. 123 e documento complementar do livro de notas para escrituras diversas n.º 18-A.

No dia 18 de Novembro de 2005, no Cartório Notarial de Ponta Delgada, a cargo do Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho, perante o respectivo Notário, compareceram como outorgantes:

1.º

Ricardo Jorge de Melo Rodrigues, N.I.F. 185364209, casado com Otilia Jorge de Melo Rodrigues, sob o regime da comunhão de adquiridos, natural da freguesia da Matriz, do concelho da Ribeira Grande, residente na Rua Madre Teresa da Anunciada, 13, freguesia da Ribeira Seca, também do concelho de Ribeira Grande, titular do bilhete de identidade n.º 6478011 emitido em 3 de Fevereiro de 2004, pelo S.I.C. de Ponta Delgada.

2.º

Albano de Melo Garcia, N.I.F. 101058853, casado com Maria Angelina Ferreira Rodrigues Garcia, natural da freguesia da Conceição do concelho da Ribeira Grande, residente na Rua Nova, 27, na freguesia da Matriz, também

do concelho de Ribeira Grande, titular do bilhete de identidade n.º 5489558 emitido em 29 de Novembro de 1996, pelos S.I.C. de Ponta Delgada.

3.º

Palmira de Fátima Moniz Afonso, N.I.F. 129162795, divorciada, natural da dita freguesia da Conceição, onde residente na Rua Engenheiro Fernando Monteiro, 20, titular do bilhete de identidade n.º 4582634 emitido em 21 de Maio de 2002, pelos S.I.C. de Ponta Delgada.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição dos seus bilhetes de identidade.

Os outorgantes declararam:

Que, pela presente escritura, como elementos da sua comissão instaladora, formalizam a constituição de uma associação sem fins lucrativos, com a denominação GRUPO DESPORTIVO CASA POVO RIBEIRA GRANDE que terá a sua sede nas instalações da Casa do Povo, na Rua do Passal, 24, na freguesia da Matriz do concelho de Ribeira Grande, a qual reger-se-á pelos estatutos constantes no documento complementar elaborado nos termos do n.º 2 do artigo 64.º do código do Notariado, que faz parte integrante desta escritura.

Assim o disseram e outorgaram.

Exibiram:

- a) Certificado de admissibilidade de firma emitido em 23/08/2005, pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, por onde verifiquei a denominação adoptada;
- b) Cartão de pessoa colectiva n.º. P512 087 300 com o CAE 92620.

Foi feita aos outorgantes a leitura desta escritura e a explicação tendo sido celebrada pelas 17,30 horas.

Ricardo Jorge de Melo Rodrigues – Albano de Melo Garcia – Palmira de Fátima Moniz Afonso. O Notário, Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho.

I – Disposições gerais

Artigo 1.º

Denominação, natureza, objecto e sede

O Grupo Desportivo da Casa do Povo da Ribeira Grande, doravante também designado por GDCPRG e Grupo Desportivo é uma associação desportiva, na forma de associação sem fins lucrativos, tendo como objecto social promover e desenvolver todas as actividades desportivas voleibol, hóquei patins, atletismo, futsal, ginástica, xadrez, ténis mesa, basquetebol, andebol, judo, karaté, etc. Outras actividades desportivas, por tempo indeterminado e com sede nas instalações da Casa do Povo, Rua do Passal, 24, sito na freguesia da Matriz, concelho da Ribeira Grande, ilha São Miguel, Açores.

Artigo 2.º

Atribuições

1 - São atribuições do Grupo Desportivo, ensinar, praticar, promover e desenvolver todas as actividades desportivas; voleibol, hóquei patins, atletismo, futsal, ginástica, xadrez, ténis mesa, basquetebol, andebol, judo, karaté e outras actividades desportivas que sejam do seu interesse, das freguesias Matriz, Conceição, Ribeira Seca e Santa Bárbara e dos seus associados.

2 - O Grupo Desportivo, no âmbito das suas atribuições e na prossecução do seu fim social, tem competência para realizar todos os procedimentos e actividades.

Artigo 3.º

Património

São bens do Grupo Desportivo, todos aqueles que de qualquer forma entrem no seu património, designadamente as quotas dos associados, os subsídios, os legados ou heranças e todos os bens e produtos realizados pelas suas actividades.

Artigo 4.º

Símbolos

O Grupo Desportivo possui símbolos próprios, designadamente, emblema, bandeira, hino, cartão de identificação dos titulares dos órgãos sociais e associados.

Artigo 5.º

Direito subsidiário

1 - Em todas as situações de omissão no presente estatuto, aplicam-se as normas de funcionamento de cada órgão social do grupo desportivo.

2 - Fora dos casos previstos no número anterior, aplicam-se subsidiariamente os estatutos da Casa do Povo da Ribeira Grande adaptada a legislação em vigor.

II – Órgãos sociais

Artigo 6.º

Órgãos sociais

São órgãos sociais do grupo desportivo da Casa do Povo da Ribeira Grande, a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Artigo 7.º

Mandato e constituição

1 - A duração do mandato dos órgãos sociais do grupo desportivo é de três anos.

2 - Enquanto não tomarem posse efectiva os novos corpos sociais após eleições, os membros cessantes mantêm-se em funções de natureza administrativa enquanto se mantiver a situação, mantendo uma postura de integral respeito pela instituição, membros e associados.

Artigo 8.º

Assembleia geral

1 - A mesa da assembleia geral do Grupo Desportivo é constituída por um presidente, um secretário e um vogal.

2 - Nas faltas e impedimentos do presidente da mesa da assembleia geral, é competente para o exercício das suas funções, o secretário.

3 - Compete à assembleia geral:

- a) Aprovar os símbolos previstos no artigo 4.º;
- b) Analisar e aprovar os orçamentos e planos de actividades, bem como as contas e relatório anual;
- c) Dar parecer sobre os assuntos que lhe forem propostos pela direcção;
- d) A destituição dos titulares dos órgãos sociais;
- e) Alteração dos estatutos;
- f) A extinção do Grupo Desportivo;
- g) Alienação de património;
- h) A autorização para o Grupo Desportivo demandar os titulares dos órgãos sociais por factos praticados no exercício do cargo;
- i) Deliberar sobre quaisquer assuntos de interesse para o Grupo Desportivo.

Artigo 9.º

Reuniões da assembleia geral

1 - A assembleia geral reúne ordinariamente pelo menos uma vez por ano.

2 - A assembleia geral reúne extraordinariamente sempre que seja convocada:

- a) Pelo presidente da mesa da assembleia geral;
- b) Pela direcção;
- c) Pelo conselho fiscal;
- d) Por metade dos associados.

3 - Após a tomada de posse dos novos corpos gerentes na assembleia geral eleitoral, a assembleia geral reúne no prazo de quinze dias para aprovação de contas dos cessantes corpos sociais.

4 - A assembleia geral considera-se legalmente constituída quando, em 1.ª convocação, se encontrem presentes a maioria dos associados, ou meia hora depois, em 2.ª convocação, com qualquer número de associados.

Artigo 10.º

Convocação da assembleia geral

1 - A assembleia geral convoca os associados com antecedência mínima de oito dias, através de um dos jornais mais lidos da ilha e os órgãos sociais serão convocados por ofício.

2 - Nas convocatórias deverão constar o dia, a hora, o local e a ordem de trabalhos.

Artigo 11.º

Direcção

1 - A direcção do Grupo Desportivo é constituída por um presidente, um secretário e um tesoureiro.

2 - Compete ao presidente todas e quaisquer competências não previstas nos órgãos sociais do Grupo Desportivo.

3 - Nas faltas e impedimentos do presidente da direcção, é competente para o exercício das suas funções o secretário.

4 - Compete à direcção:

- a) Representar o Grupo Desportivo;
- b) Administrar os valores do Grupo Desportivo com o maior zelo e economia, arrecadando as receitas e satisfazendo as despesas;
- c) Organizar os serviços e velar pela correcta escrituração dos livros e documentos que forem necessários;
- d) Elaborar o relatório de contas do exercício e orçamento e submete-los à apreciação do conselho fiscal e à apreciação da assembleia geral;
- e) Todos os actos necessários à prossecução das atribuições do Grupo Desportivo.

Artigo 12.º

Conselho fiscal

1 - O conselho fiscal é constituído por um presidente, um secretário e um vogal.

2 - Compete ao conselho fiscal:

- a) Examinar, sempre que o julgar conveniente, a escrita e demais documentação do Grupo Desportivo;
- b) Verificar, quando considere necessário, os saldos e a existência de títulos e valores de qualquer espécie, o que fará constar das respectivas actas;
- c) Emitir parecer sobre o relatório e as contas do exercício, bem como pronunciar-se sobre o orçamento e o plano de actividades para o ano seguinte;
- d) Apreciar qualquer outro assunto sobre o qual lhe seja pedido parecer.

III – Dos associados

Artigo 13.º

Dos associados

1 - São associados do Grupo Desportivo, os associados efectivos, os associados de mérito e os associados honorários.

2 - São associados efectivos do Grupo Desportivo, todos os associados da Casa do Povo da Ribeira Grande no pleno exercício dos seus direitos, desde que dêem autorização expressa para o efeito.

3 - Podem ainda ser associados efectivos do Grupo Desportivo as pessoas singulares e colectivas, quando aceites pela direcção.

4 - São associados de mérito, as pessoas singulares que pelo valor e acção no âmbito dos objectivos do Grupo Desportivo se tenham revelado dignos desta distinção, designadamente aqueles que paguem quotas especiais correspondentes ao valor de dez quotas ordinárias.

Artigo 14.º

Direitos dos associados efectivos

São direitos dos associados efectivos:

- a) Participar em todas as actividades organizadas e realizadas pelo Grupo Desportivo;
- b) Examinar os livros, contas, documentos e arquivos do Grupo Desportivo;
- c) Tomar parte nos trabalhos das assembleia geral e votar.

Artigo 15.º

Deveres dos associados efectivos

São deveres dos associados efectivos:

- a) Cumprir os estatutos e os regulamentos do Grupo Desportivo;
- b) Acatar as resoluções da assembleia geral e da direcção;
- c) Contribuir com o pagamento da quota anual.

Artigo 16.º

Dos associados de mérito e associados honorários

1 - Os associados de mérito e honorários, não tendo direito a voto nos órgãos sociais do Grupo Desportivo, podem participar, em lugar destacado, em todas as actividades do Grupo Desportivo.

2 - Os associados de mérito e honorários que simultaneamente sejam associados efectivos, têm os mesmos direitos e deveres destes, conforme a situação de associado.

Artigo 17.º

Das quotas

1 - As quotas são anuais, bem como o seu pagamento, sendo o valor destas atribuídas pela direcção.

2 - Além das quotas ordinárias previstas no número anterior, existem quotas sociais e extraordinárias.

3 - As quotas sociais, que correspondem a 50% do valor das quotas ordinárias, são aplicadas aos associados carenciados, designadamente deficientes, crianças, idosos e outros casos fundamentados.

4 - As quotas excepcionais, que correspondem a valores superiores, são fixadas caso a caso, dando-se especial preferência às situações previstas no artigo 13.º, n.º 4.

5 - Os associados da Casa do Povo da Ribeira Grande, nas situações previstas no artigo 13.º, n.º 2, têm direito a uma redução de 50% do valor da quota anual.

IV – Das deliberações, registo, funcionamento e vinculação**Artigo 18.º****Deliberações**

1 - As deliberações da assembleia geral são tomadas nos seguintes termos:

- a) As alterações dos estatutos, por voto favorável de três quartos do número de associados presentes;
- b) A dissolução do Grupo Desportivo, por voto favorável de três quartos do número de associados presentes;
- c) Todas as restantes deliberações, por maioria absoluta do número de associados presentes.

2 - As deliberações dos restantes órgãos sociais são tomadas por maioria de votos dos titulares presentes, tendo os presidentes, além do seu voto, direito a voto de desempate.

Artigo 19.º**Registos**

1 - Todas as deliberações são sujeitas a registo nas respectivas actas

2 - Para efeitos do disposto no número anterior, cada órgão terá um livro próprio de registo de actas, devidamente rubricado e numerado, com os autos de abertura e encerramento.

Artigo 20.º**Funcionamento**

Os órgãos sociais aprovarão as necessárias normas de funcionamento.

Artigo 21.º**Vinculação**

1 - O Grupo Desportivo vincula-se em todos os seus actos, sob reserva do disposto no número seguinte, através da aprovação em acta do respectivo órgão social.

2 - O Grupo Desportivo, relativamente a valores, vincula-se com duas assinaturas da direcção, sendo uma das quais do presidente.

V – Regras eleitorais**Artigo 22.º****Eleições**

1 - Podem ser eleitos para os corpos sociais do Grupo Desportivo os associados efectivos, desde que possuam as quotas em dia e sejam associados à mais de doze meses.

2 - As eleições decorrem em assembleia geral, convocada exclusivamente para o efeito, a qual neste acto se designa por assembleia geral eleitoral.

Artigo 23.º**Procedimento eleitoral**

1 - As eleições decorrem, preferencialmente, em simultâneo com as eleições da Casa do Povo da Ribeira Grande.

2 - O processo eleitoral decorre na assembleia geral eleitoral, por escrutínio secreto.

3 - Cada associado corresponde a um voto.

4 - O direito de voto só poderá ser exercido pelos sócios efectivos que estejam em pleno gozo dos seus direitos.

5 - O resultado eleitoral constará em pormenor da acta da assembleia geral eleitoral, bem como o acto referido no número seguinte.

6 - Na assembleia geral eleitoral tomam posse os novos corpos gerentes, posse que é registada num livro próprio.

VI – Disposições finais e transitórias**Artigo 24.º****Corpos sociais**

1 - As primeiras eleições para os corpos sociais do Grupo Desportivo iniciar-se-ão durante o ano de 2005.

2 - Enquanto não se realizarem as eleições previstas no número anterior, o Grupo Desportivo da Casa do Povo da Ribeira Grande, funcionará com a seguinte comissão *ad hoc*, Ricardo Jorge de Melo Rodrigues, Albano de Melo Garcia, Palmira de Fátima Moniz Afonso, a qual se organizará de acordo com as normas de funcionamento que aprovarem.

Artigo 25.º**Entrada em vigor**

Os presentes estatutos, aprovados pelos que abaixo assinam entram nesta data imediatamente em vigor, após os necessários registos notariais e outros.

Ricardo Jorge de Melo Rodrigues – Albano de Melo Garcia – Palmira de Fátima Moniz Afonso.

Cartório Notarial de Ponta Delgada, 18 de Novembro de 2005. - O Notário, *Lic. Jorge Manuel de Matos Carvalho.*

HENRIQUE MONIZ – DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.**Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social**

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 2419; identificação de pessoa colectiva n.º 512063346; inscrição n.º 2; número e data da apresentação, 1/ 23 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe aumentou o capital para 300.000,00 € tendo sido alterado o artigo 3.º do contrato social, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

Artigo 3.º

1 - O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro e outros valores constantes da escrita é de trezentos mil euros e corresponde a uma única quota pertencente ao sócio Henrique Nunes da Costa Moniz.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

I.E.C.C. — INSTALAÇÕES ESPECIAIS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL, LDA.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00338; identificação de pessoa colectiva n.º 512061750; número e data da apresentação, 3/ 18 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que a sociedade em epígrafe aumentou o capital social, consequentemente foram alterados os artigos 3.º e 7.º do contrato, com a seguinte redacção:

Artigo 3.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de 90.000,00 euros e encontra-se dividido em três quotas, uma no valor nominal de 73.800,00 euros, pertencente ao sócio Vítor Manuel Patrício Corrêa Mendes, outra no valor nominal de 9.000,00 euros, pertencente à sócia Sílvia Machado Soares de Freitas Melo e outra no valor nominal de 7.200,00 euros, pertencente ao sócio Nuno Miguel Tavares Corrêa Mendes.

Artigo 7.º

A sociedade poderá exigir prestações suplementares aos sócios até nove vezes o valor capital social e contratar

dos mesmos a prestações suprimentos, nos termos que forem acordados em assembleia geral.

Está conforme o original.

O texto completo e actualizado encontra-se depositado em pasta própria.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

INFLUIR, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 3009; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 48/ 21 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que entre Judite Marieta Canha Fernandes, José Júlio de Melo Ribeiro, e Márcio Luís Silveira Vítor foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma: INFLUIR, LDA.

Artigo 2.º

1 - A sociedade tem a sua sede na Rua da Juventude, 23, 2.º esquerdo, na freguesia de São José deste concelho de Ponta Delgada.

2 - Por simples deliberação da gerência, a sociedade poderá deslocar a sede social dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

3 - A gerência poderá criar sucursais, filiais, agências, delegações ou quaisquer outras formas de representação social quando julgue conveniente em Portugal ou no estrangeiro.

Artigo 3.º

A sociedade tem por objecto: Prestação de serviços a organizações públicas e privadas na área da gestão da informação, bibliotecas, arquivos, organização e gestão de projectos culturais, custódia de documentos, formação na área da gestão da informação, consultoria editorial e em projectos de âmbito cultural, edição de publicações periódicas e não periódicas.

Parágrafo único – A sociedade pode exercer qualquer actividade que constitua seu objecto em Portugal ou no estrangeiro.

Artigo 4.º

O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de cinco mil euros e encontra-se dividido em três quotas, sendo uma delas no valor nominal de mil e setecentos euros, pertencente à sócia Judite Marieta Canha Fernandes e duas quotas no valor nominal de mil seiscientos e cinquenta euros, cada, pertencentes uma ao sócio José Júlio de Melo Ribeiro e a outra ao sócio Márcio Luís Silveira Vítor.

Artigo 5.º

1 - Poderão ser exigíveis aos sócios a realização de prestações suplementares até seis vezes o valor do capital social, desde que deliberadas por unanimidade em assembleia geral, as quais se regerão de acordo com a legislação em vigor a elas respeitantes.

2 - Depende de deliberação unânime tomada em assembleia geral a celebração de contratos de suprimentos.

Artigo 6.º

1 - A administração da sociedade, bem como a sua representação em juízo e fora dele, incumbe aos gerentes, sócios ou não sócios, que sejam eleitos por deliberação dos sócios tomada por qualquer das formas legalmente previstas no código das sociedades comerciais.

2 - Em ampliação dos seus poderes normais, a gerência poderá:

- a) Arrendar, adquirir ou tomar por trespasse, quaisquer locais, bem como alterar ou rescindir os respectivos contratos de e para a sociedade;
- b) Comprar trocar ou vender ou de qualquer modo alienar veículos automóveis ligeiros de e para a sociedade.

3 - Ficam desde já nomeados gerentes os três sócios Judite Marieta Canha Fernandes, José Júlio de Melo Ribeiro e Márcio Luís Silveira Vítor, com ou sem remuneração, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral.

Artigo 7.º

1 - A sociedade obriga-se em todos os actos e contratos:

- a) Pela simples assinatura de dois gerentes, desde que não implique contratos de endividamento ou aquisições de bens com valor igual ou superior a cinco mil euros;
- b) Pela assinatura de três gerentes sempre que implique contratos de endividamento ou aquisições de bens com valor igual ou superior a cinco mil euros;
- c) Pela assinatura de um só gerente a que tenham sido conferidos poderes em assembleia geral para a prática de certo e determinado acto, ou certa e determinada categoria de negócios.

2 - Aos gerentes fica expressamente vedado obrigar a sociedade em actos ou contratos estranhos aos negócios sociais.

Artigo 8.º

A cessão de quotas é livre entre os sócios; no caso de cessão a estranhos, tem direito de preferência a sociedade em 1.º lugar e os sócios não cedentes, em 2.º lugar nas referidas cessões.

Artigo 9.º

No caso de falecimento de um sócio, a sociedade continuará com os seus herdeiros, que nomearão entre si um representante, enquanto se mantiver a contitularidade da quota.

Artigo 10.º

1 - A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes termos:

- a) Por acordo do respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência, insolvência ou cessão gratuita;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o pacto social ou as obrigações sociais;
- d) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;
- e) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;
- f) Por exoneração ou exclusão de um sócio, e;
- g) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomada por maioria em assembleia geral.

2 - Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço, e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 - Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

Artigo 11.º

1 - As reuniões da assembleia geral são convocadas por qualquer dos gerente, mediante carta registada expedida com antecedência mínima de quinze dias.

2 - Os sócios podem fazer-se representar em assembleia geral por delegação em qualquer outro sócio.

Artigo 12.º

Mediante deliberação dos sócios poderá a sociedade:

- 1 - Adquirir ou alienar participações em quaisquer outras sociedades de tipo natureza e objecto diverso do seu, constituídas ou a constituir e, ainda, com meros fins de colocação de capitais, adquirir ou alienar, quaisquer obrigações e demais títulos para o efeito adequado.
- 2 - Associar-se ou cooperar com outras entidades nacionais ou estrangeiras, na formação de socieda-

des, consórcios, associações em participação, agrupamentos complementares de empresas ou em sociedades reguladas por leis especiais.

Artigo 13.º

Mediante deliberação dos sócios poderá a sociedade, derrogar os preceitos dispositivos do código das sociedades comerciais supletivamente aplicáveis.

Artigo 14.º

A assembleia geral delibera o destino a dar aos lucros apurados, depois de deduzidas as despesas e encargos sociais, e separada a percentagem para constituição ou reintegração de fundo de reserva legal.

Artigo 15.º

Em todo o omissio será aplicado o disposto no código das sociedades comerciais.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 30 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

INFORHORTA, COMÉRCIO DE INFORMÁTICA, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00230/ 6 de Junho de 1991; identificação de pessoa colectiva n.º 512030421; data do depósito, 29 de Junho de 2004.

Filomena Maria Vieira Pinto, 1.ª ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que ficou depositada a acta da assembleia geral com a aprovação e aplicação de resultados, respeitante à prestação de contas do exercício do ano de 2003, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 29 de Junho de 2004. – A 1.ª Ajudante Principal, *Filomena Maria Vieira Pinto*.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00230/ 6 de Junho de 1991; identificação de pessoa colectiva n.º 512030421; data do depósito, 29 de Junho de 2005.

Filomena Maria Vieira Pinto, 1.ª ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que ficou depositada a acta da assembleia geral com a aprovação e aplicação de resultados, respeitante à prestação de contas do exercício do ano de 2004, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 29 de Junho de 2005. – A 1.ª Ajudante Principal, *Filomena Maria Vieira Pinto*.

JACINTO FERREIRA CORREIA & FILHOS, LDA.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00109; identificação de pessoa colectiva n.º 512014256; número e data da apresentação, 7/ 28 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que a sociedade em epígrafe aumentou o capital social, alterando o artigo 4.º do contrato, com a seguinte redacção:

Artigo 4.º

Capital reforçado com 1 501.202,10 euros, na proporção das quotas de cada sócio, operado através da incorporação do capital, nos seguintes valores:

Reservas livres – 28.472,12 euros, reservas legais – 63.518,01 euros, reservas de reavaliação – 285.666,80 euros e de resultados transitados 1.123.545,17 euros, passa para 2000.000,00 euros.

Sócios e quotas unificadas:

- a) Jacinto Ferreira Correia: 160.000,00 euros;
- b) Maria Odete Tavares da Silva Reis: 160.000,00 euros;
- c) Nelson de Jesus Tavares Correia: 560.000,00 euros;
- d) Pedro Jorge Tavares Correia: 560.000,00 euros;
- e) Elisabete Maria Tavares Correia: 560.000,00 euros.

Está conforme o original.

O texto completo e actualizado encontra-se depositado em pasta própria.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. – A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

**JOAQUIM ANTÓNIO QUARESMA NUNES,
UNIPessoal, LDA.****Contrato de sociedade**

Conservatória do Registo Comercial da Horta. Matrícula n.º 00528/ 22 de Outubro de 2005; inscrição n.º 1, número e data da apresentação, 2/ 22 de Setembro de 2005.

Filomena Maria Vieira Pinto, 1.ª ajudante principal em exercício, da Conservatória do Registo Comercial da Horta:

Certifica que Joaquim António Quaresma Nunes cc. Maria Eduarda Luís da Cunha Nunes, comunhão geral, residente em Castelo Branco, Horta, constituiu a sociedade em epígrafe, que se rege pelas seguintes cláusulas:

1.ª

A sociedade adopta a firma JOAQUIM ANTÓNIO QUARESMA NUNES, UNIPessoal, LDA., identificação de pessoa colectiva n.º 512092184.

2.ª

A sociedade tem a sua sede na Rua dos Almances, 1, Castelo Branco, concelho da Horta.

3.ª

O objecto da sociedade compreende a exploração de comércio por grosso de peixes, crustáceos e moluscos.

4.ª

O capital social é de 25.000 euros, representado por uma quota de igual valor nominal, pertencente ao sócio Joaquim António Quaresma Nunes.

§ Único: O capital social encontra-se integralmente realizado em dinheiro em conta da sociedade no Banco Espírito Santo dos Açores, agência da Horta, com o NIB: 016001000047158000331.

5.ª

A gerência e a representação da sociedade, pertence ao sócio Joaquim António Quaresma Nunes, desde já nomeado gerente.

§ 1.º - Para obrigar a sociedade é suficiente a assinatura do gerente.

§ 2.º - A sociedade pode constituir mandatário mediante a outorga de procuração adequada para o efeito.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial da Horta, 4 de Outubro de 2005. - A 1.ª Ajudante Principal em exercício, *Filomena Maria Vieira Pinto*.

**JOSÉ GONÇALVES TAVARES E FILHOS,
LDA.****Prestação de contas**

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 928; identificação de pessoa colectiva n.º 512064830.

Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifico, que em 29 de Junho de 2004 foi depositada a fotocópia da acta de aprovação e aplicação de resultados, relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício de 2003.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 19 de Outubro de 2004. - A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes*.

LASER 2001 – CENTRO DE CÓPIAS, LDA.**Prestação de contas**

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 639; data da apresentação, 27 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 19 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

**LEONARDOS – DISTRIBUIÇÃO ALIMENTAR,
LDA.****Prestação de contas**

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 394; data da apresentação, 30 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 9 de Setembro de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de objecto

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 394; inscrição n.º 17; número e data da apresentação, 4/ 1 de Outubro de 2002.

Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifico, que pela referida inscrição foi feita uma alteração parcial do contrato, da sociedade em epígrafe, alteração dos artigos, 1.º, 2.º e 4.º, pelo que:

Objecto: Comércio por grosso e distribuição de produtos alimentares, bebidas, tabacos, produtos de limpeza e higiene.

Está conforme o original.

O texto completo, na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 23 de Novembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes*.

LUÍS & GARY, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Velas. Matrícula n.º 127/ 19 de Outubro de 2000; identificação de pessoa colectiva n.º 512057710; data do depósito, 29 de Junho de 2005.

Maria Lucrecia da Silveira Bettencourt, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Velas:

Certifico que os documentos referentes a prestação de contas da sociedade em epígrafe relativamente ao ano de 2004, ficam depositados na pasta respectiva.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Velas, 12 de Agosto de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria Lucrecia da Silveira Bettencourt*.

LUÍS RIBEIRO, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 909; data da apresentação, 30 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 9 de Setembro de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

MALMERENDO – COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, LDA.

Renúncia

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto. Matrícula n.º 00135/ 5 de Janeiro de 2004; identificação de pessoa colectiva n.º 512081905; averbamento 1; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 4/ 12 de Dezembro de 2005.

Maria Goretti Andrade Costa, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto:

Certifico que foi depositada fotocópia autenticada de escritura, onde consta a renúncia do gerente António Carlos Botelho Sousa. Data da deliberação, 12 de Dezembro de 2005.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto, 19 de Dezembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria Goretti Andrade Costa*.

Nomeação

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto. Matrícula n.º 00135/ 5 de Janeiro de 2004; inscrição n.º 2; número e data da apresentação, 5/ 12 de Dezembro de 2005; identificação de pessoa colectiva n.º 512081905.

Maria Goretti Andrade Costa, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto:

Certifico que foi depositada fotocópia autenticada da escritura onde consta a nomeação de Armandina Rosa Alves Rodrigues Camejo, casada, Rua Principal, 17, Moita dos Ferreiros, Lourinhã, para gerente da sociedade. Data da deliberação, 12 de Dezembro de 2005.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto, 19 de Dezembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria Goretti Andrade Costa*.

MARINA DA VILA – INDÚSTRIA DE MARINAS E RECREIO, EM

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca do Campo. Matrícula n.º 00001/ 11 de Fevereiro de 2004; identificação de pessoa colectiva n.º 512077924; data do depósito, 30 de Novembro de 2005.

Joana Isabel do Couto Duarte da Costa, conservadora da Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca do Campo:

Certifica que foi depositada a fotocópia da acta da assembleia geral, da sociedade em epígrafe, com a aprovação e aplicação de resultados, respeitante à prestação de contas do exercício do ano de 2004.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca do Campo, 5 de Dezembro de 2005. - A Conservadora, *Joana Isabel do Couto Duarte da Costa*.

MOBICÓPIA, COMÉRCIO DE EQUIPAMENTO DE ESCRITÓRIO, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 831; data da apresentação, 29 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 26 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

MOSAICOL – IMOBILIÁRIA, SA

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00482; identificação de pessoa colectiva n.º 512006806; número e data do depósito, 1/ 2 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas do ano 2004 da sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

PAULO REGO – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS, LDA.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de sede

Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores). Matrícula n.º 00222; identificação de pessoa colectiva n.º 512033030; averbamento 1; inscrição n.º 3; número e data de apresentação, 1/ 19 de Dezembro de 2005.

Lúcia de Fátima do Rego Teixeira Moniz, 2.ª ajudante em exercício, da Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores):

Certifica que a sociedade em epígrafe mudou a sede para o Caminho da Malaca, 53, Rosário, Lagoa (Açores).

Conservatória do Registo Comercial de Lagoa, 20 de Dezembro de 2005. - A 2.ª Ajudante em exercício, *Lúcia de Fátima do Rego Teixeira Moniz*.

PEDRO, DUQUE & FILHA, LDA.

Dissolução

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca do Campo. Matrícula n.º 137; identificação de pessoa colectiva n.º 512036519; inscrição n.º 5; número e data da apresentação, 3/ 12 de Dezembro de 2005.

Joana Isabel do Couto Duarte da Costa, conservadora da Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca do Campo:

Certifica que a sociedade em epígrafe foi dissolvida, prazo para a liquidação, 3 anos a contar de 28 de Novembro de 2005.

Está conforme.

Conservatória do Registo Comercial de Vila Franca do Campo, 12 de Dezembro de 2005. - A Conservadora, *Joana Isabel do Couto Duarte da Costa*.

PEIXARIA FILIPE & GORETE, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto. Matrícula n.º 00149/ 16 de Dezembro de 2005; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 1/ 16 de Dezembro de 2005.

Maria Goretti Andrade Costa, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto:

Certifica que entre Luís Filipe Travassos dos Santos e mulher Maria Gorete Raposo Esteves, casados sob o regime da comunhão de adquiridos, naturais, ele da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa e ela da freguesia da Ribeira Seca, concelho da Ribeira Grande, residentes no Bairro de São Lourenço, 9 e 10, Aeroporto de Santa Maria, freguesia e concelho de Vila do Porto, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

1 - A sociedade adopta a firma PEIXARIA FILIPE & GORETE, LDA., e tem a sua sede no Bairro de São Lourenço, 9 e 10, Aeroporto de Santa Maria, freguesia e concelho de Vila do Porto, iniciando a sua actividade no dia 1 de Outubro do corrente ano e durará por tempo indeterminado.

2 - Por deliberação da gerência, a sede poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto compra e venda, comércio a retalho, importação e exportação de peixe; crustáceos e mariscos frescos e congelados; outro comércio a retalho de produtos alimentares em estabelecimentos especializados, não especificados e exploração de bares; prestação de serviços de limpeza a empresas e particulares.

Artigo 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais

no valor de dois mil e quinhentos euros, pertencendo uma a cada um dos sócios Luís Filipe Travassos dos Santos e Maria Gorete Raposo Esteves.

Artigo 4.º

1 - É livre a cessão total ou parcial de quotas entre os sócios.

2 - A cessão a estranhos, depende do consentimento da sociedade, tendo preferência em 1.º lugar os sócios.

3 - No caso de falecimento ou interdição de qualquer sócio, a sociedade continuará com os herdeiros sobreviventes ou capazes, devendo naquele caso ser nomeado um de entre os herdeiros que a todos represente na sociedade, enquanto a quota permanecer indivisa.

Artigo 5.º

1 - A gerência social é exercida por ambos os sócios, que desde já são nomeados gerentes, sem direito a remuneração salvo deliberação em contrário.

2 - A sociedade fica obrigada pela assinatura de qualquer um dos gerentes.

3 - Compete à gerência:

- a) Exercer, em geral, os poderes normais da administração social; e
- b) Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, confessar e transigir em processos judiciais.

Fica expressamente vedado aos gerentes, sob pena de responsabilidade por perdas e danos, obrigar a sociedade em actos e contratos que não digam respeito aos negócios da sociedade, tais como abonações, fianças, letras de favor, ou quaisquer outros actos ou documentos estranhos aos negócios sociais, respondendo o contraventor individualmente perante a sociedade pelas obrigações que assim tiver assumido, para além de ter que a indemnizar por todos os danos e prejuízos que lhe tiver ocasionado e de o seu acto ser desde logo considerado como justa causa para efeitos da sua destituição da gerência.

Artigo 6.º

As assembleias gerais, sempre que a lei não exija outros prazos e formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas dirigidas aos sócios com a antecedência mínima de quinze dias.

Artigo 7.º

Mediante deliberação dos sócios poderá a sociedade:

- a) Derrogar os preceitos dispositivos do código das sociedades comerciais supletivamente aplicáveis;
- b) Adquirir participações em quaisquer outras sociedades de tipo, natureza e objecto diversos do seu, bem como, entrar em agrupamentos complementares de empresas ou sociedades reguladas por leis especiais.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto, 19 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Maria Goretti Andrade Costa*.

PJA – POUSADAS DE JUVENTUDE DOS AÇORES, SA

Nomeação

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 1839; identificação de pessoa colectiva n.º 512042446; inscrição n.º 10; número e data da apresentação, 24/ 7 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que foram nomeados a administração e a fiscalização da sociedade em epígrafe para 2005/2007:

Conselho de administração: Presidente, Maria de Fátima Seabra Estrela; vogais, Armindo Fortuna Silva e Hugo Neto.

Fiscal único: Duarte Félix Tavares Giesta, ROC; suplente, José Pereira da Silva Brandão, ROC.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 10 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

PRAIA DE LOBOS – EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS, SA

Alteração do contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto. Matrícula n.º 00044/ 17 de Dezembro de 1990; identificação de pessoa colectiva n.º 512014817; inscrição n.º 15; número e data da apresentação, 3/ 19 de Dezembro de 2005.

Maria Goretti Andrade Costa, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto:

Certifico que foi depositada fotocópia autenticada da escritura de alteração do contrato social, da sociedade em epígrafe, tendo em consequência os artigos 5.º, 7.º, 10.º e 11.º do respectivo contrato ficado com a seguinte redacção:

Artigo 5.º

O capital social é de um milhão de euros, integralmente realizado em dinheiro e noutros bens constantes da

escrita social, representado por mil acções de valor nominal individual de cinquenta euros, cento e dez mil acções de valor nominal individual de cinco euros e quatrocentas mil acções de valor nominal individual de um euro.

§ 1.º - As acções são nominativas e ao portador, reciprocamente convertíveis, sendo as despesas de conversão por conta dos accionistas interessados.

§ 2.º - Poderá haver títulos de uma, cinco, dez, cinquenta, cem, mil, cinco mil e dez mil acções.

Artigo 7.º

O capital social poderá ser elevado por um ou mais vezes, desde que a assembleia geral, por proposta do conselho de administração, assim o delibere.

§ 1.º - Mantém-se inalterado.

§ 2.º - Mantém-se inalterado.

Artigo 10.º

O corpo do artigo mantém-se inalterado.

§ Único – Os administradores podem ou não ser accionistas e será eleitos pela assembleia geral por um período de três anos, podendo ser reeleitos.

Artigo 11.º

O corpo do artigo mantém-se inalterado.

§ 1.º - Mantém-se inalterado.

§ 2.º - A responsabilidade de cada um dos administradores será ou não caucionada conforme for deliberado pela assembleia geral.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto, 20 de Dezembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria Goretti Andrade Costa*.

Nomeação

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto. Matrícula n.º 00044/ 17 de Dezembro de 1990; identificação de pessoa colectiva n.º 512014817; inscrição n.º 14; número e data da apresentação, 2/ 19 de Dezembro de 2005.

Maria Goretti Andrade Costa, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto:

Certifico que foi depositada pública-forma da acta da assembleia geral, onde consta a nomeação para o conselho de administração:

Presidente, João Batista dos Santos, casado, Santo Antão, Batalha; vogal, Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos, casada, Termo da Igreja, Santo Espírito; vogal, José Pereira Sousa, casado, Bairro Novo da Lomba, 47, Vila do Porto e para fiscal único: efectivo, Vítor Valente

& Manuel Domingues, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Rua Dr. José Henriques Vareda, 30, 2.º Dto., Leiria, representada por Manuel Duarte Domingues, ROC, casado, Largo 25 de Abril, 4, 3.º, Escritório 1, Pombal; suplente, Vítor Manuel Simões Valente, ROC, divorciado, Rua Dr. José Henriques Vareda, 30, 2.º Dto., Leiria.

Prazo – Triénio de 2005/2007, data da deliberação, 28 de Agosto de 2005.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto, 20 de Dezembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria Goretti Andrade Costa*.

PRAIAGÁS – COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Santa Cruz da Graciosa. Matrícula n.º 50; identificação de pessoa colectiva n.º 512039232, data do depósito, 30 de Junho de 2005. Manuel Sérgio da Cunha Avelar, 2.º ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Santa Cruz da Graciosa:

Certifica que foi depositada a fotocópia da acta de aprovação e a aplicação dos resultados, respeitante à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício de 2004.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Santa Cruz da Graciosa, 30 de Junho de 2005. - O 2.º Ajudante, *Manuel Sérgio da Cunha Avelar*.

PRONICOL – PRODUTOS LÁCTEOS, SA

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 621; data da apresentação, 7 de Julho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 19 de Setembro de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

QUINTA DOS AÇORES – COMÉRCIO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1032; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 1/ 27 de Outubro de 2003.

Ana Natália Rocha Silva Canto, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que entre Francisco Helvídio da Rocha Barcelos, Maria José Borba da Rocha Barcelos, Telma da Rocha Barcelos, Helga da Rocha Barcelos e Diana da Rocha Barcelos, foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma QUINTA DOS AÇORES - COMÉRCIO E INDUSTRIALIZAÇÃO DE PRODUTOS LÁCTEOS, LDA.

Artigo 2.º

O objecto da sociedade consiste no fabrico e comércio de produtos lácteos.

Artigo 3.º

A sede social fica instalada no Reguinho, 76, freguesia de São Bento, concelho de Angra do Heroísmo.

Artigo 4.º

O capital social é de cinco mil euros, realizado em dinheiro, dividido em cinco quotas, da seguinte forma:

- Uma quota no valor de mil trezentos e setenta e cinco euros, pertencente ao sócio Francisco Helvídio da Rocha Barcelos.
- Uma quota no valor de mil trezentos e setenta e cinco euros, pertencente à sócia Maria José Borba da Rocha Barcelos.
- Uma quota no valor de setecentos e cinquenta euros, pertencente à sócia Telma da Rocha Barcelos.
- Uma quota no valor de setecentos e cinquenta euros, pertencente à sócia Helga da Rocha Barcelos.
- Uma quota no valor de setecentos e cinquenta euros, pertencente à sócia Diana da Rocha Barcelos.

Artigo 5.º

1 - A gerência será eleita em assembleia geral, ficando desde já designados os sócios Francisco Helvídio da Rocha Barcelos e Helga da Rocha Barcelos.

2 - Para obrigar a sociedade basta assinatura de um gerente.

3 - Os gerentes são dispensados de caução, e serão remunerados ou não conforme estabelecido em assembleia geral.

Artigo 6.º

A sociedade poderá participar em quaisquer sociedade, mesmo com objecto diferente do seu em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas, desde que deliberado em assembleia geral.

Artigo 7.º

A gerência fica desde já autorizada a levantar as entradas depositadas que se destinam ao pagamento das despesas de constituição da sociedade e à aquisição de equipamento para a mesma.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 7 de Novembro de 2003. — A 2.ª Ajudante, *Ana Natália Rocha Silva Canto*.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1032; identificação de pessoa colectiva n.º 512080615.

Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifico, que em 29 de Junho de 2004 foi depositada a fotocópia da acta de aprovação e aplicação de resultados, relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício de 2003.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 19 de Outubro de 2004. — A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes*.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1032; data da apresentação, 30 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 9 de Setembro de 2005. — O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

R. CRISÓSTOMO – SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.**Contrato de sociedade**

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1096; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 1/ 17 de Dezembro de 2004.

Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que entre Rui Alberto Reis Crisóstomo e Leonardo António Martins Gonçalves, foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma R. CRISÓSTOMO — SOCIEDADE DE CONSTRUÇÕES, LDA.

Artigo 2.º

A sociedade tem a sua sede na Estrada Regional, 1, Outeiro do Galhardo, freguesia de Feteira, concelho de Angra do Heroísmo.

Artigo 3.º

O objecto da sociedade consiste em gestão de projectos, fiscalização, construção civil e obras públicas.

Artigo 4.º

O capital social é de cinco mil euros, integralmente realizado em dinheiro, representado pela soma das quotas, sendo uma no valor nominal de quatro mil euros, pertencente ao sócio Rui Alberto Reis Crisóstomo, e outra no valor nominal de mil euros, pertencente ao sócio Leonardo António Martins Gonçalves.

Artigo 5.º

1 - A gerência da sociedade, remunerada ou não, conforme for deliberado em assembleia geral, dispensada de caução, fica a cargo do sócio Rui Alberto Reis Crisóstomo, que é desde já designado gerente.

2 - A sociedade obriga-se com a assinatura do gerente.

Artigo 6.º

Poderão ser exigidas prestações suplementares de capital aos sócios, no montante global de cinco mil euros, desde que aprovado pela totalidade do capital.

Artigo 7.º

A sociedade poderá participar em quaisquer sociedades, mesmo com objecto distinto do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, bem como em quaisquer agrupamentos complementares de empresas, desde que aprovado em assembleia geral.

Artigo 8.º

A gerência fica, desde já, autorizada a levantar a totalidade das entradas depositadas, que se destinam ao pagamento das despesas de constituição da sociedade e aquisição de equipamento para a mesma.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 10 de Janeiro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes*.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1096; inscrição n.º 2; número e data da apresentação, 2/ 15 de Setembro de 2005.

Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifico, que pela referida inscrição, foi feito, aumento, do capital social, e alteração parcial do contrato.

Aumento com 55.000,00 euros, em dinheiro, subscrito por Rui Alberto Reis Crisóstomo, 44.000,00 euros e Leonardo António Martins Gonçalves, 11.000,00 euros, que acrescem às suas quotas, e alteração do artigo 4.º, pelo que:

Capital: 60.000,00 euros.

Sócios e quotas: Rui Alberto Reis Crisóstomo com uma quota de 48.000,00 euros e Leonardo António Martins Gonçalves com uma quota de 12.000,00 euros.

Está conforme o original.

O texto completo na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 12 de Outubro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Oliveira da Silva Lopes*.

R400 – ELECTRODOMÉSTICOS E MOBILIÁRIO, LDA.

Alteração do contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto. Matrícula n.º 00073/ 18 de Abril de 1991; identificação de pessoa colectiva n.º 512030529; inscrição n.º 17; número e data de apresentação, 4/ 12 de Dezembro de 2005.

Maria Goretti Andrade Costa, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto:

Certifico que foi depositada fotocópia autenticada da escritura de alteração parcial do contrato social, onde consta a nomeação de Carlos Henrique Lopes Rodrigues, casado, residente no lugar dos Meloais ou Ginjal, Vila do Porto e de Ilídio Martins de Oliveira e Silva, casado, residente no lugar Anta, Espinho, para gerentes da sociedade.

Data da deliberação: 18 de Abril de 2005, tendo também sido alterado o contrato da sociedade em epígrafe, tendo em consequência os artigos 3.º e 4.º, do respectivo contrato ficado com a seguinte redacção:

Artigo 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro é de cento e noventa e nove mil quinhentos e vinte e um euros e corresponde à soma das seguintes quotas:

- a) Uma no valor nominal de trinta e três mil duzentos e cinquenta e três euros e cinquenta cêntimos pertencente à sócia R400 - Electrodomésticos e Mobiliário, Lda.;
- b) Duas quotas do valor nominal de oitenta e três mil cento e trinta e três euros e setenta e cinco cêntimos cada, pertencendo uma a cada um dos sócios Carlos Henrique Lopes Rodrigues e Edgar & Irmão, SA.

§ Parágrafo único: mantém-se inalterado.

Artigo 4.º

1 - A gerência e administração da sociedade, a sua representação em juízo e fora dele, activa e passivamente, fica a cargo de um ou mais gerentes, estranhos ou não à sociedade, remunerados ou não, consoante for deliberado em assembleia geral, que decidirá se o cargo fica ou não pendente de prestação de caução.

2 - Ficam desde já nomeados gerentes Carlos Henrique Lopes Rodrigues e Ilídio Martins de Oliveira e Silva (este em representação da firma Edgar & Irmão, SA).

3 - A sociedade fica validamente obrigada nos actos e contratos e na execução das deliberações da assembleia geral, com a assinatura de um gerente.

4 - Em caso algum os gerentes ou seus mandatários poderão obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos aos negócios sociais, designadamente em letras de favor, fiança, ou abonações, sob pena de serem responsabilizados pessoalmente.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada, ficou depositado na pasta respectiva.

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Porto, 12 de Dezembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Maria Goretti Andrade Costa*.

RAIMUNDO PEREIRA – COMÉRCIO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS AUTO, UNIPessoAL, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 1092; data da apresentação, 30 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 31 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

REPDIstri – REPRESENTAÇÕES, LDA.

Nomeação

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 1792; identificação de pessoa colectiva n.º 512040974; inscrição n.º 9; número e data da apresentação, 18/ 23 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que Tomás Alberto Ferreira Mesquita Rodrigues foi nomeado gerente da sociedade em epígrafe.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

Renúncia

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 1792; identificação de pessoa colectiva n.º 512040974; inscrição n.º Av.017; número e data da apresentação, 17/ 23 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que Rui Fernando Dinis Borges de Menezes renunciou ao cargo de gerente da sociedade em epígrafe em 10 de Outubro de 2005.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 15 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

RODRIGO – CONTABILIDADE, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 882; data da apresentação, 20 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 16 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

ROSMANINHO COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÃO, UNIPessoAL, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória. Matrícula n.º 280; identificação de pessoa colectiva n.º 512077142; data do depósito, 30 de Junho de 2005.

Maria Lasalet Ribeiro de Lima Tavares, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória:

Certifica que foram depositadas, na pasta respectiva, os documentos referentes à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Praia da Vitória, 29 de Agosto de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Lasalet Ribeiro de Lima Tavares*.

SERVIÇALUGUER, SERVIÇO DE ALUGUER COM CONDUTOR, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo.
Matrícula n.º 552; data da apresentação, 30 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 31 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 15 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

SOLAR DOS REIS VELHOS – COMÉRCIO ALIMENTAR E HOTELARIA, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada.
Matrícula n.º 3019; identificação de pessoa colectiva n.º 512087261; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 36/ 15 de Dezembro de 2005.
Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que entre Alexandre Miguel Reis Velho e Rui Miguel Reis Velho foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

1.º

A sociedade adopta a firma SOLAR DOS REIS VELHOS - COMÉRCIO ALIMENTAR E HOTELARIA, LDA., vai ter a sua sede na Rua da Praça, 16, freguesia de Capelas, concelho de Ponta Delgada.

Parágrafo único: Por simples deliberação da gerência, a sede social poderá ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e criadas e encerradas filiais, sucursais, estabelecimentos ou outras formas locais de representação em qualquer ponto do país ou no estrangeiro.

2.º

O objecto social consiste em actividades de comércio a retalho em supermercados e, ainda, de restauração e similares de hotelaria.

3.º

Pode a sociedade em qualquer momento, livremente subscrever ou adquirir participações de qualquer espécie em sociedades com objecto social idêntico ou diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais e em agrupamentos complementares de empresas.

4.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de dois mil e quinhentos euros, pertencentes uma a cada um dos sócios.

SODORA – SOCIEDADE DE DESPACHANTES OFICIAIS DA REGIÃO AÇORES, LDA.

Alteração do contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada.
Matrícula n.º 2605; identificação de pessoa colectiva n.º 512071454; inscrição n.º 3; número e data da apresentação, 47/ 10 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe aumentou o capital para 50.300,00 € tendo sido alterado os artigos 2.º e 6.º contrato social, ficando os mesmos com a seguinte redacção:

Artigo 2.º

A sociedade tem a sua sede na Rua Direita do Ramalho, 79-N, freguesia de Santa Clara, concelho de Ponta Delgada.

Artigo 6.º

O capital social é de cinquenta mil e trezentos euros, integralmente realizado e corresponde à soma de cinco quotas assim distribuídas: três quotas do valor de doze mil cento quarenta e dois euros e seis cêntimos, pertencendo uma a cada um dos sócios Humberto Resendes de Melo, Carlos Alberto Dias Vaz de Medeiros e José António Soares Arruda, e duas quotas do valor de seis mil novecentos trinta e seis euros e noventa e um cêntimos, pertencendo uma a cada um dos sócios Carlos Roberto de Vilhena de Oliveira de Andrade Botelho e Luís Filipe de Vilhena de Andrade Botelho.

5.º

A gerência social, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, será exercida por sócios ou não sócios nomeados em assembleia geral.

1.º Parágrafo – Ficam desde já nomeados gerentes os sócios Alexandre Miguel Reis Velho e Rui Miguel Reis Velho.

2.º Parágrafo – Para obrigar a sociedade, em todos os seus actos e contratos, é necessário a intervenção de um gerente.

6.º

A cessão total ou parcial de quotas, é livremente permitida entre os sócios, mas a cessão a estranhos depende do consentimento da sociedade, que em 1.º lugar e em 2.º os sócios não cedentes terão sempre direito de preferência.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 16 de Dezembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

SOUSA & GARCÊS, LDA.

Alteração do contrato de sociedade - alteração de capital social

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 2565; identificação de pessoa colectiva n.º 512070970; inscrição n.º 3; número e data de apresentação, 30/ 18 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe aumentou o seu capital para 87.000,00 € tendo sido alterado o artigo 3.º do contrato social, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

Artigo 3.º

1 - O capital social integralmente subscrito e realizado em dinheiro é de oitenta e sete mil euros e corresponde à soma de duas quotas, sendo uma de valor nominal de sessenta e nove mil e seiscentos euros pertencente ao sócio José Luís Teixeira Garcês e outra quota de valor nominal de dezassete mil e quatrocentos euros pertencente à sócia Nadir da Silva Costa Sousa Garcês.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 29 de Novembro de 2005. - A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

SPORTFISH – ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de São Roque do Pico. Matrícula n.º 224/ 5 de Setembro de 2005; inscrição n.º 1; número e data de apresentação, 1/ 5 de Setembro de 2005. Maria da Conceição Brum da Costa Simas Jorge, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de São Roque do Pico:

Certifico que em 19 de Agosto de 2005 foi constituída a sociedade em epígrafe, sendo sócios Miguel Ângelo Baptista de Simas Garcia, NIF 182241106, divorciado, natural da freguesia da Matriz, concelho da Horta e Isabel Maria Fernandes Silva, NIF 176006141, divorcia natural da freguesia de Loulé (São Clemente), concelho de Loulé, residentes no Caminho do Meio, 24, freguesia e concelho de São Roque do Pico.

E se rege pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

1.º

1 - A sociedade adopta a firma SPORTFISH – ACTIVIDADES MARÍTIMO TURÍSTICAS, LDA.

2 - A sociedade tem a sua sede na Rua do Laranjal, freguesia e concelho de São Roque do Pico.

3 - Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e, serem criadas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação em território nacional ou no estrangeiro.

2.º

O objecto da sociedade consiste em actividades desportivas (mergulho, pesca desportiva, passeios no mar), actividades de animação turística no mar e em terra, aluguer de meio de transporte marítimo, outras actividades recreativas, e locais de alojamento de curta duração.

3.º

1 - O capital social é de cinco mil euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas iguais no valor nominal de dois mil e quinhentos euros, pertencente uma a cada um dos sócios.

2 - Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até cem vezes o capital social.

3 - Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimento.

4.º

1 - A gerência da sociedade, compete a, sócios ou não sócios, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral.

2 - Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é necessária a intervenção de um gerente.

3 - Fica desde já nomeado gerente o sócio Miguel Ângelo Baptista de Simas Garcia.

5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de São Roque do Pico, 18 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Maria da Conceição Brum da Costa Simas Jorge*.

SUSANA MARIA BRUM FEITOR — COMÉRCIO E PASTELARIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA.

Contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores). Matrícula n.º 225; inscrição n.º 1; número e data da apresentação, 1/ 20 de Dezembro de 2005.

Lúcia de Fátima do Rego Teixeira Moniz, 2.ª ajudante em exercício, da Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores):

Certifica que Susana Maria Brum Feitor, constituiu a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Artigo 1.º

A sociedade adopta a firma: SUSANA MARIA BRUM FEITOR – COMÉRCIO E PASTELARIA, SOCIEDADE UNIPESSOAL, LDA., e tem a sua sede na Rua da Portela, 1, freguesia de Água de Pau, concelho de Lagoa, São Miguel.

Artigo 2.º

A sociedade tem por objecto: Comércio a retalho em estabelecimentos não especificados, com predominância de produtos alimentares, bebidas e tabaco. Pastelaria. Comércio a retalho de vestuário.

Artigo 3.º

O capital social inteiramente subscrito e realizado em dinheiro, é de 5.000,00 € e corresponde à única quota da sócia Susana Maria Brum Feitor.

Artigo 4.º

A sociedade poderá adquirir participações noutras sociedades ainda que, com objecto diferente do seu, em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

Artigo 5.º

1 - Fica autorizada a celebração de negócios jurídicos entre a sócia única e a sociedade, desde que os mesmos sirvam a prossecução do objecto social.

2 - Poderão ser exigíveis à sócia, prestações suplementares de capital até ao triplo do capital por uma ou mais vezes conforme decisão da sócia única, registada em acta devidamente assinada por ele.

3 - A sócia única poderá efectuar suprimentos à sociedade sempre que for deliberado em acta específica e por quem ele nomear secretário.

Artigo 6.º

1 - A sócia única exerce as competências das assembleias gerais.

2 - As decisões do sócio de natureza idêntica às das assembleias gerais, são registadas em acta assinada por ela e por quem ela nomear secretário.

Artigo 7.º

1 - A gerência da sociedade, será exercida pela sócia única, que desde já fica designada gerente, ou por pessoas estranhas à sociedade com ou sem remuneração, conforme for decidido nos termos do artigo anterior.

2 - A gerência poderá nomear mandatários ou procuradores da sociedade para a prática de determinadas categorias de actos.

3 - Em ampliação dos poderes normais de gerência, fica esta ainda com poderes para:

- a) Comprar, vender e trocar ou de qualquer modo alienar veículos ligeiros ou pesados e máquinas industriais próprias da actividade, de e para a sociedade, com vista ao prosseguimento dos seus fins;
- b) Adquirir bens móveis ou imóveis, tomar por trespassse quaisquer locais para a sociedade ou efectuar arrendamentos de e para a sociedade.

Artigo 8.º

A sociedade obriga-se nas seguintes condições:

- a) Pela assinatura de um gerente que poderá ser a sócia única ou estranho à sociedade, nomeado e destituído em assembleia geral, com dispensa de caução e com ou sem remuneração conforme for também deliberado em assembleia geral;
- b) Pela assinatura de um procurador dentro dos limites do mandato da sociedade, para a prática de determinados actos ou categorias de actos, sem necessidade de cláusula contratual expressa, conforme artigo 252.º, n.º 5 e 6 do código das sociedades comerciais;
- c) A gerência não poderá obrigar a sociedade em letras de favor, fiança, abonações, nem em quaisquer actos semelhantes ou estranhos aos negócios sociais.

Artigo 9.º

Os lucros líquidos que resultarem do balanço anual, deduzida a parte destinada à reserva legal, poderão ser destinados a quaisquer reservas, fundos ou provisões sem quaisquer limitações ou serem atribuídos à sócia única, se assim for decidido nos termos do artigo 6.º.

Artigo 10.º

A cessão e divisão da quota, no todo ou em partes a estranhos, depende do consentimento da sociedade.

Artigo 11.º

A dissolução da sociedade verificar-se-á em qualquer dos casos previstos na lei, ou quando pela sócia única assim deliberar.

Artigo 12.º

Fica a gerência desde já autorizada a levantar a importância depositada como consta do capital para as necessidades decorrentes dos negócios sociais.

- a) O sócio único declara que não é sócio de mais de mais nenhuma sociedade unipessoal.

Conservatória do Registo Comercial de Lagoa (Açores), 21 de Dezembro de 2005. – A 2.ª Ajudante em exercício, *Lúcia de Fátima do Rego Teixeira Moniz*.

**URBE OCEANUS — ACTIVIDADES
IMOBILIÁRIAS AÇOREANAS, LDA.**

Nomeação

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande. Matrícula n.º 00417; identificação de pessoa colectiva n.º 512057664; número e data da apresentação, 1/ 17 de Novembro de 2005.

Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande:

Certifica que por deliberação de 8 de Setembro de 2004, Primitivo Marques, Maria Manuela Costa Gomes Marques e Hélder Alberto Martins Fialho, foram nomeados gerentes da sociedade em epígrafe para o triénio 2004/2006.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ribeira Grande, 5 de Dezembro de 2005. - A Escriturária Superior, *Maria Idalina Pacheco Medeiros Silva Bernardo*.

URIALDO BETTENCOURT, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 440; data da apresentação, 28 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 26 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.

**VERDEGOLF – CAMPOS DE GOLF
DOS AÇORES, SA**

Rua do Bom Jesus – Aflitos
9545 - 234 Fenais da Luz
Pessoa colectiva n.º 512020256
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada sob o n.º 1132
Capital social de 3.848.658.00 Euros

Convocatória**Assembleia geral**

Nos termos da lei e do contrato de sociedade, convoco os accionistas para a reunião da assembleia geral da

VERDEGOLF – CAMPOS DE GOLF DOS AÇORES, SA, a realizar numa das salas do ClubHouse do Campo de Golfe da Batalha, sito à Rua do Bom Jesus, Aflitos Fenais da Luz, no dia 31 de Janeiro de 2006, pelas 14,30 horas, com a seguinte ordem do dia:

Ponto único: Proceder à eleição dos órgãos sociais para o triénio 2006/2008.

Avisam-se os senhores accionistas que se encontra na sede da sociedade para consulta, nos prazos legais, os elementos informativos e os documentos mencionados no artigo 289.º.

Ponta Delgada, 30 de Dezembro de 2005. - O Presidente da Mesa da Assembleia Geral, *Francisco Gomes de Menezes, Arqtº*.

VILAZORES – SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, SA

Alteração do contrato de sociedade

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada. Matrícula n.º 2719; identificação de pessoa colectiva n.º 512075670; inscrição n.º 2; número e data da apresentação, 14/ 21 de Novembro de 2005.

Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio, 2.ª ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada:

Certifica que a sociedade em epígrafe alterou o artigo 6.º do contrato social, ficando o mesmo com a seguinte redacção:

Artigo 6.º

- 1 - Mantém-se.
- 2 - Mantém-se.
- 3 - Mantém-se.

4 - Podem os accionistas deliberar, uma ou mais vezes, que lhe sejam exigidas prestações acessórias de capital, até ao montante global máximo, para cada accionista, equivalente a mil vezes o valor nominal das suas respectivas participações.

5 - Depois de atingido o limite estabelecido no número anterior, se houver restituição, no todo ou em parte de prestações acessórias, podem os accionistas voltar a deliberar que lhes sejam exigidas novas prestações acessórias.

O texto completo do contrato, na sua redacção actualizada, encontra-se depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Ponta Delgada, 30 de Novembro de 2005. – A 2.ª Ajudante, *Ana Isabel Calisto Dias dos Reis Índio*.

VIVA, PRODUTOS E SERVIÇOS DO AMBIENTE, LDA.

Prestação de contas

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo. Matrícula n.º 964; data da apresentação, 22 de Junho de 2005.

Luís Leonel Teixeira Salvador, ajudante principal da Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo:

Certifica, que foi depositada a fotocópia da acta da aprovação e aplicação de resultados relativa à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao ano de 2004.

Conservatória do Registo Comercial de Angra do Heroísmo, 17 de Agosto de 2005. - O Ajudante Principal, *Luís Leonel Teixeira Salvador*.



JORNAL OFICIAL

Depósito legal 28190/89

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinatura do *Jornal Oficial*, deve ser dirigida a Presidência do Governo, Gabinete de Edição do Jornal Oficial, Palácio da Conceição, 9504-509 Ponta Delgada, São Miguel (Açores).

As informações estão disponíveis através do telefone n.º 296301100.

Para envio extraordinário e urgente de diplomas, utilizar o fax n.º 296629809.

O prazo de reclamação de faltas do *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores é de 90 dias a contar da data da sua distribuição.

ASSINATURAS

I série	39,00 €
II série	39,00 €
III série	33,00 €
IV série	33,00 €
I e II séries	75,00 €
I, II, III e IV séries	130,00 €
Preço por página	0,50 €
Preço por linha	1,7 €

Os preços indicados incluem IVA à sua taxa legal.

O preço dos anúncios é de (1,70 euros) por cada linha, dependendo a sua publicação do pagamento antecipado, a efectuar no Gabinete de Edição do Jornal Oficial, Palácio da Conceição, 9504-509 Ponta Delgada (Açores).

A conta do *Jornal Oficial* da Região Autónoma dos Açores no Banco Comercial dos Açores tem o n.º 001200009876989430130.

O endereço electrónico do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores é jornaloficial@azores.gov.pt.

O endereço do site na internet do Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores é <http://jo.azores.gov.pt>.

PREÇO DESTE NÚMERO - 28,00 € - (IVA incluído)
